

1 de Março 2021
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 248
Director-Geral
Evaristo Mulaza



MANKENDA AMBROISE

Antigo ministro avisa que Planageo não é uma bíblia

Pág. 3



MARCOS SOUTO, REPRESENTANTE RESIDENTE DO FMI

"A estabilidade de preços requer uma postura monetária mais rígida"

ENTREVISTA. O representante residente do FMI em Angola faz elogios à postura do Governo na implementação das reformas macroeconómicas. No entanto, assume que gostaria de ver mais recursos na educação e saúde e alerta que o "impressionante" nível de desnutrição infantil pode comprometer o crescimento económico e deitar por terra os "esforços" de combate à pobreza. Págs. 4 a 7

NO FINAL DE 2020

Bancos não conseguem libertar-se de imóveis 'tóxicos'

BANCA. Vários bancos comerciais não conseguiram cumprir a determinação do BNA que os obriga a retirarem, dos balanços, imóveis adquiridos em reembolso de crédito. Banqueiros consultados pelo VALOR atiram as culpas à conjuntura e antecipam "artimanhas" nas contas para se aproximarem das exigências do regulador. Pág. 12



RELATÓRIO/ACETRO

Vendas de carros afundam 28%

Pág. 10



ALERTAM 'EXPERTS'

Ataque cibernético às Finanças realça fragilidades

Pág. 8

ESTRATÉGIA PARA QUÊ?

Mota Liz, o vice-Procurador-Geral da República, veio endossar parte do essencial que vimos afirmando, nos últimos três anos, sobre o controverso combate à corrupção. Para o magistrado do Ministério Público, falta uma estratégia integradora que vá além da boa vontade do Presidente da República e da actuação própria da PGR. Ora, é precisamente este quadro de ausência de uma estratégia abrangente que tem fundamentado, em parte, a crítica avisada contra o alegado combate à corrupção. Só que, ao contrário da sugestão da Mota Liz, reiteramos, vezes sem conta, que esta ausência de uma abordagem estratégica é deliberada. Por outros termos, é politicamente motivada. E tem como pano de fundo uma visão centrada na contínua instrumentalização do Estado e na preservação e consolidação do poder do MPLA e dos que nele mandam.

A práxis da governação dá-nos vários exemplos terminados. João Lourenço já deu provas bastas de determinação quando quer qualquer coisa num certo sentido. Demonstrou-o aquando da elaboração e aprovação de Lei sobre o Repatriamento de Capitais. Num ápice, anunciou o projecto e submeteu-o à Assembleia Nacional que também o aprovou com urgência

notável, apesar dos alertas de várias insuficiências por parte da Oposição e não só. As lacunas eram de tal ordem, aliás, que, alguns meses depois, o MPLA teve de inventar um reajuste à lei, incluindo-lhe um conceito tão obtuso quanto confuso de 'perda alargada de bens'. É certo que a lei se revelou num tremendo nado-morto, mas, em termos formais, está concretizada, tendo passado pelas fases todas do processo legislativo. Não se pode perceber, por isso, que, mais de três anos depois, não exista uma estratégia para a efectivação daquilo que o próprio Presidente apresenta como o seu principal projecto de governação. Menos se compreende ainda que, na ausência de um projecto mais completo, alguns passos simples e concretos não tenham sido marcados no sentido de alterar leis problemáticas específicas. Um dos casos mais flagrantes é o diploma que regula a famigerada declaração de bens dos titulares de órgãos públicos. À semelhança da pressa com que se aprovou a Lei sobre o Repatriamento de Capitais, o regime de

declaração de bens já deveria estar alterado, de modo a que os angolanos passassem a ter conhecimento do património dos titulares dos órgãos públicos. De forma prévia, ou seja, mal sejam nomeados e empossados. A formalidade do envelope fechado que só pode ser aberto em caso de alguma investigação é contraditória em toda a sua extensão, num contexto em que se pretenda combater o saque ao erário nas suas variadas formas.

Aqui chegados, voltamos ao início. A ideia de que os vícios no processo de combate à corrupção resultaram de uma perturbada obsessão por mostrar serviço é simplesmente aparente. Os atropelos e contradições foram aprioristicamente arquitectados pelo branqueamento do regime e pela manutenção e consolidação dos novos poderes. Apenas isso explica a ausência de uma estratégia integradora no combate à corrupção, no penúltimo ano de um já desgastado mandato.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



MANKENDA AMBROISE,
assessor do ministro dos
Recursos Minerais e Petróleos

O Planageo cumpre o seu papel?

A informação até então existente não dava a dimensão do que o país tinha. Daí o Plano Nacional de Geologia.

O investidor que chega à prospecção tem caminho aberto?

A prospecção é uma disciplina da geologia que dá a indicação do futuro e tanto pode ter sucesso como não. Portanto, o objectivo é procurar depósitos economicamente exploráveis. Mas se trata de um processo que leva pouco mais de cinco anos.

É certo pensar que o Planageo encurta a prospecção?

A prospecção continua depois da descoberta. Ou seja, avança mesmo com a mina em funcionamento. As etapas de prospecção podem variar em função do território e com o que se pretende. O Estado e o empresário não têm o mesmo objectivo na prospecção. Um empresário precisa rapidamente de explorar e encontrar motivos do investimento, mas o Estado precisa de avançar, prevendo os empregos daí resultantes. Portanto, não se deve pensar que o Planageo é uma bíblia. Aliás, criou-se muita expectativa de que a partir daí já teríamos o conhecimento de todos os recursos minerais de Angola. O plano apenas nos dá a indicação de zonas promissoras do que se pode fazer amanhã.

23

TERÇA-FEIRA

O conselho de administração do BCI encontra-se em pleno exercício das suas funções, ao contrário do que circula nas redes sociais sobre a alegada detenção de todos os administradores, informa a instituição em nota à imprensa.

24

QUARTA-FEIRA

Três empresas estrangeiras, uma das quais chinesa, estão a licitar a concessão do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB), que liga a costa angolana às repúblicas Democrática do Congo e da Zâmbia, informam diversos órgãos, citando fonte do Ministério dos Transportes.

25

QUINTA-FEIRA

O secretário de Estado do Planeamento, Milton Reis, constata no Moxico a implementação do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi) e do PIIM.



26

SEXTA-FEIRA

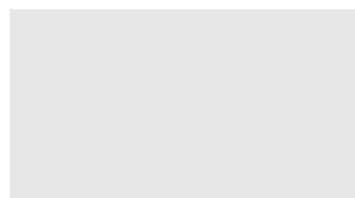
A AGT estende, de forma forçada, o horário de atendimento dos contribuintes e o prazo para o cumprimento das obrigações fiscais, devido ao ataque cibernético que o Ministério das Finanças sofreu, recentemente.



27

SÁBADO

Presidente da República presenciou, em Benguela, a reentrada em funcionamento da antiga África Têxtil. Prevê-se que a unidade produza, numa primeira fase, mais de sete milhões de toalhas/ano e já terá 175 empregos na província.



28

DOMINGO

O Banco Mundial aprova um financiamento de 250 milhões de dólares, para melhorar o desempenho operacional das empresas do sector eléctrico e aumentar o acesso à electricidade em cidades seleccionadas de Angola.



SEGUNDA-FEIRA

A plataforma tecnológica de apoio às actividades do Ministério das Finanças, com acesso aos emails e pastas partilhadas, é alvo de um ataque cibernético com origem e motivações não identificadas, conforme um comunicado da instituição.

COTAÇÃO



PETRÓLEO CAI LIGEIRAMENTE...

O petróleo começou a semana com ligeiras quedas em resultado da expectativa provocada pela reunião da Opep+, na qual estará em avaliação os novos ajustes na produção. O Brent, referência às exportações angolanas, teve perdas de 1,13% nas entregas de Maio, a negociar 63,69 dólares. Por sua vez, o WTI caiu 1,40%, a negociar as entregas de Abril a 60,64 dólares.



OURO EM BAIXA...

O ouro começou a semana a perder devido à perspectiva de alta inflação nos Estados Unidos, isso após a aprovação pela Câmara dos Representantes do pacote de estímulos fiscais. As entregas de Abril do precioso mineiro registaram perdas de 0,34%, a fechar em 1723,00 dólares a onça-troy.

Entrevista



REPRESENTANTE RESIDENTE DO FMI EM ANGOLA

“Gostaríamos de ver mais recursos financeiros gastos em saúde e educação”

Para o representante residente do FMI em Angola, o nível de desnutrição infantil “impressionante” pode colocar em risco o crescimento económico e os esforços para reduzir a pobreza. Em entrevista ao VALOR, Marcos Souto comenta a decisão de cancelar a compra de aviões da Boeing e elogia o Governo pelo cumprimento das metas indicadas.

Por Pedro Narciso

O que acha de a ministra das Finanças ter declarado que, sem o apoio do FMI, o país dificilmente sobreviveria?

É importante começar por dizer

que, além do apoio financeiro, cujo envelope total aprovado foi de 3,7 mil milhões de dólares, sendo que em Setembro de 2020 o Conselho do FMI aprovou um aumento deste envelope para 4,5 mil milhões de dólares para compensar o aumento das necessidades de financiamento devido à pandemia da covid-19, o FMI tem prestado assistência técnica em várias áreas, como política tributária e administração de

receitas, política e administração de despesas, gestão das finanças públicas, políticas monetárias e cambiais, governança do banco central, quadro jurídico em matéria de prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (CBC/FT) e melhoria das estatísticas económicas.

**E...?!
Mas quero enfatizar que o sucesso**

“A estabilidade de preços requer uma postura monetária mais rígida.”



Mário Marques © VE

progresso feito até agora em muitas frentes é notável.

O que quer dizer com isso?

Várias leis foram promulgadas ou estão a ser analisadas pela Assembleia Nacional em diversas áreas importantes. Nomeadamente a Lei do Investimento Privado, a Lei de CBC/FT, a Lei do BNA, a Lei das Instituições Financeiras, a Lei da Insolvência e muitas outras.

E quanto à transparência, houve melhoria, ou nem por isso?

A transparência foi melhorada em vários níveis e sectores. Desde as grandes empresas estatais, que estão a publicar as suas demonstrações financeiras auditadas no site do IGAPE, até à publicação de planos anuais de gestão da dívida pública, de execução orçamental, etc. Uma grande parte das transacções em moeda estrangeira migrou para uma plataforma pública, a Bloomberg, permitindo que sejam mais visíveis aos participantes do mercado, o que ajudará na descoberta dos preços das taxas de câmbio. E a lista continua.

Mas...

Também houve progresso significativo na obtenção de um ambiente macroeconómico mais estável, incluindo políticas fiscais prudentes e um regime de taxa de câmbio mais flexível, que actuou como amortecedor de choques externos durante a pandemia. Em 2020, as receitas não petrolíferas registaram um desempenho superior no primeiro semestre do ano (especialmente para o IVA e o imposto sobre o rendimento das empresas).

O que quer dizer...

O que quer dizer que as novas medidas de receita aprovadas no Orçamento de 2020 estão projectadas a produzir ganhos em 2021 equivalentes a um adicional de 0,4 por cento do PIB. Resumindo, todo esse esforço está a criar as condições necessárias para um crescimento económico sustentável, inclusivo e diversificado. Os resultados virão.

E qual deve ser o caminho certo para a diversificação económica?

É imperativo manter o curso. Manter o ímpeto das reformas. Não foi uma jornada fácil até agora. Mas as autoridades e a população têm demonstrado incrível resiliência e determinação para enfrentar os problemas estruturais e económicos profundamente enraizados que

FASCINADO PELAS QUEDAS DE CALANDULA

Há 20 anos que Marcos Souto, actual Representante Residente do FMI em Angola, trabalha como especialista no sector Financeiro.

Área, aliás, da sua vocação. É licenciado em Engenharia Mecânica e doutorado em Finanças, pela Universidade George Washington.

Natural do Brasil, ao longo de duas décadas, trabalhou em cerca de 30 países, entre os quais Argentina, México, Brasil, Chipre, Irão, Arménia, Quénia, Tanzânia, Ruanda e Portugal. Neste último - entre 2011 e 2014 - como Representante Residente do Fundo Monetário Internacional, durante o programa de financiamento alargado apoiado pelo FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia.

Marcos Souto é também autor de várias publicações académicas e profissionais nas áreas de Medição e Gestão de Riscos de Crédito e de Mercado. Além da família - casado e pai de três filhos - há duas coisas que apaixonam Marco Souto: a música e a leitura. Em casa, a música clássica e a bossa nova integram a banda sonora oficial. Na estante, os livros são de História e religiosos. No futebol, o Clube de Regatas Flamengo “é o melhor do mundo”.

Não esconde, o seu fascínio por Angola, com referências a visitas a Benguela, Lubango, Namibe e Malanje “com as belas Quedas de Calandula da plena autonomia da Natu-reza, sem intervenção humana”.



se foram acumulando ao longo de muitos anos. Quando se trata de investimentos públicos, é fundamental garantir que recursos escassos são direccionados para projectos que maximizem o retorno económico. Existem muitos exemplos de áreas em que é preciso fazer mais.

Por exemplo?

Melhorar a infra-estrutura eléctrica e de transportes, aumentar o acesso à água, etc. A diversificação económica sustentável e inclusiva só pode ocorrer se for baseada em fundamentos económicos sólidos e em ambiente de negócios melhorado.

Acha que a agenda do Governo ainda aborda uma série de limitações críticas?

Muito já foi feito. O Governo vem tentando estimular o crédito à economia. É uma tarefa difícil. Os bancos devem equilibrar e gerir adequadamente os seus riscos. Nem todos os projectos estarão qualificados para serem financiados dentro de um conjunto de critérios de gestão prudente de risco de crédito. Com o objectivo de melhorar o ambiente de negócios, o tempo de emissão de vistos para investidores e trabalhadores qualificados foi reduzido para 15 dias, os procedimentos de legalização de empresas foram agilizados e os custos reduzidos. Um ambicioso programa de privatizações está em andamento, o que trará recursos valiosos para a economia e levará a um menor envolvimento do Governo em áreas onde o sector privado pode e deve desempenhar um papel importante.

E...

Foram feitos progressos importantes para salvaguardar a estabilidade financeira, incluindo uma revisão abrangente da qualidade dos activos em 2019 e a reestruturação dos bancos públicos, apoiada por um quadro de supervisão reforçado. O aumento da transparência, como mencionei antes, está a permitir o acesso a informações que permitirão decisões de investimento mais bem fundamentadas. Tudo isso foi realizado em dois anos.

As PPP são uma boa política no momento?

Existem exemplos bons e ruins de PPP em todo o mundo. Alguns países tiveram experiências positivas com as PPP. Outros países

nem tanto. É importante entender que as PPP não são uma panaceia. Elas podem acarretar um risco fiscal significativo, e tenho visto casos em que têm pesado de forma negativa sobre os balanços financeiros dos países. É absolutamente essencial buscar aconselhamento profissional e jurídico antes de assinar contratos de PPP, a fim de garantir que os riscos são distribuídos de maneira mais uniforme e justa entre todas as partes interessadas envolvidas.

E como é que deve ser feita a reestruturação dos bancos públicos?

Os bancos públicos precisam de ser totalmente saneados, dentro de uma estratégia robusta que resulte numa menor participação do Governo na banca comercial.

Que outros progressos são necessários?

O ímpeto da reforma deve continuar. São necessários mais progressos, por exemplo, a redução da burocracia.

Os níveis de pobreza ainda são muito altos, não é?

Exactamente. E devem ser reduzidos. Quatro em cada 10 angolanos consumiram abaixo da linha de pobreza em 2019. O nível de desnutrição infantil é impressionante e deve ser também combatido: 38% das crianças com menos de cinco anos sofrem de desnutrição crónica...

Isso poderá ter um impacto relevante e negativo sobre o capital humano...

Colocando em risco o crescimento económico e os esforços para a reduzir a pobreza. Gostaríamos também de ver mais recursos financeiros gastos em saúde e educação.

O que é que mais preocupa nos sectores da saúde e da educação?

As taxas de mortalidade infantil e materna em Angola estão entre as mais elevadas do mundo. O sistema de saúde tem poucos recursos e parte significativa da população não tem acesso aos seus serviços. A qualidade dos serviços de saúde disponíveis e a sua cobertura são muito limitadas, estando os programas de saúde pública sobrecarregados.

Como dar a volta a este estado das coisas?

Acreditamos ser importante dar mais apoio ao desenvolvimento de um sistema integrado, abrangente e sustentável, capaz de fornecer ser-

Marcos Souto afirma que as avaliações da qualidade de activos que foram realizadas em 2019 também buscaram examinar a capacidade dos bancos de avaliar e gerir o risco de crédito.

do programa de recuperação económica do Governo depende tanto da ajuda financeira oficial fornecida pelo FMI, Banco Mundial e outros organismos multilaterais, quanto de uma forte disciplina e compromisso na implementação contínua de reformas pelo Governo.

E como avalia a disciplina?

Essa disciplina e compromisso do Governo já estão a começar a produzir resultados no estabelecimento das bases para uma recuperação económica tão esperada.

Uma das recomendações que o FMI fez ao Governo é a diversificação da economia. Existem resultados satisfatórios?

É importante ressaltar que não existem soluções milagrosas ou atalhos quando se trata de promover a diversificação económica, que requer a implementação de importantes reformas estruturais e um ambiente macroeconómico mais estável para atrair os investimentos necessários para outros sectores da economia, para além do sector petrolífero. O

Entrevista

Continuação da página 5

viços de saúde de qualidade a todos os angolanos. No sector de educação, organismos multilaterais têm destacado a importância de investimentos focados e contínuos na qualidade dos professores e na gestão escolar. Igualmente importante é garantir que os alunos com necessidades especiais são incluídos no sistema de ensino normal.

Relativamente à melhoria da governação, qual é a avaliação?

Leis recentemente submetidas ou promulgadas pela Assembleia Nacional, ou que estão a ser revistas pelo Governo, procuram fortalecer a governação no BNA, bancos comerciais, SOE, Recredit, etc. Existem muitas iniciativas implementadas ou em curso. Por exemplo, foi promulgado o requisito no Orçamento de 2021 para publicar uma avaliação inicial do projecto para todos os novos projectos de investimento público, realizados após 1 de Janeiro de 2021 e acima de 10 bilhões de kwanzas. O Governo começou a publicar documentação de avaliação de grandes projectos e irá rever e actualizar regularmente as estimativas de custo e os critérios de selecção de projectos para investimento público. As discussões para Angola se tornar um membro da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas estão a avançar. Até meados de Novembro de 2020, o Governo adjudicou 254 dos 289 contratos públicos elegíveis através de concursos públicos. Todas essas são iniciativas de boa governança.

Mas...

Mas é preciso fazer mais. O trabalho deve continuar para garantir que a legislação de CBC/FT é aplicada, para reduzir as pressões sobre as relações de bancos correspondentes, apoiar as investigações de corrupção e lavagem de dinheiro em curso e preparar Angola para a próxima avaliação de CBC/FT.

E o combate à corrupção?

Encorajamos as autoridades a fazerem parceria com a ONU no estabelecimento de uma agência de combate às drogas, crimes, corrupção e terrorismo. É preciso mais progresso em relação à estrutura de legislação/regulamentação para melhorar os controlos internos, a estrutura de governança, o profissionalismo, as funções de auditoria interna e

externa e práticas de divulgação das empresas públicas, em linha com as boas práticas internacionais. Mais unidades de orçamento precisam de publicar os seus Planos Anuais de Compra no portal de Compras Públicas. É preciso uma avaliação do sistema de compras e certificação de fornecedores. Ainda há bastante trabalho pela frente.

E quanto ao desemprego, que está a crescer, qual é o conselho do FMI?

À medida que o ambiente macroeconómico for melhorando e as reformas estruturais começarem a dar bons frutos, o desemprego diminuirá de maneira persistente.

Enquanto isso...

É crucial proteger os segmentos mais vulneráveis da população. O programa de transferência de renda é um bom exemplo de rede de segurança social. Mais de 300 mil famílias foram cadastradas nesse programa, que visa beneficiar 1,6 milhão de famílias - projecto financiado pelo Banco Mundial e também pelo Orçamento do Estado, envolvendo recursos financeiros superiores a 400 milhões de dólares. O Governo também tem priorizado e protegido os gastos sociais e de saúde, o que incentivamos a continuar a fazer. Por exemplo, o Governo informou em Dezembro do ano passado que mais de 165 milhões de dólares foram gastos no combate à pandemia, que inclui 14,4 milhões do Banco Mundial. Angola

também está a beneficiar do apoio de outras agências. Por exemplo, a UNICEF recebeu três milhões de euros da União Europeia para reforçar as suas actividades em resposta à covid-19 na província de Luanda.

Quais os riscos que pode causar a dívida pública excessiva e como mitigá-los?

Destacamos os riscos no nosso relatório, especialmente no anexo sobre a análise de sustentabilidade da dívida. Entre as principais vulnerabilidades da dívida, mencionamos uma queda persistente dos preços do petróleo, a exposição ao risco cambial (mais de quatro quintos da dívida de Angola são denominados ou indexados à moeda estrangeira, embora a grande parte das receitas do petróleo também seja em moeda estrangeira, fornecendo uma protecção natural a choques cambiais); exposição ao risco de aumento da taxa de juros de financiamento do Governo; e uma estreita base de investidores, principalmente no mercado interno. Uma estratégia robusta de gestão da dívida para reduzir a exposição ao risco cambial e à taxa de juros é fundamental. É crucial também continuar a implementar reformas estruturais importantes para mudar o ambiente de negócios em Angola e atrair investimento estrangeiro directo, manter políticas fiscais prudentes para suportar a trajectória de descida da dívida pública, desenvolver o mercado doméstico de dívida do Governo, implementar políti-

cas monetárias sólidas para conter a inflação, prosseguir com o combate à corrupção, e assim por diante.

A pandemia pode estender a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida de 2021 para 2022?

Eu preferia não especular sobre isso agora. Mas posso dizer que as equipas do FMI e do Banco Mundial estão a prestar apoio técnico à Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI), estando as nossas equipas a trabalhar para informar os países sobre a iniciativa e a apoiar o fornecimento de informações solicitadas pelo G20, como a monitorização do uso dos recursos libertados pelo DSSI para enfrentar o choque da pandemia da covid-19.

E por falar em covid-19, apoia a realização de eleições municipais durante a pandemia?

Como representante de uma instituição económica multilateral, respeitamos as decisões soberanas e não nos envolvemos em questões como eleições.

Porque é que o FMI obrigou o Presidente da República angolano a cancelar a compra de aviões Boeing?

A decisão de cancelar ou não a compra de aviões não cabe ao FMI. Idealmente, esta é uma decisão das autoridades e do povo angolanos.

Mas o FMI não mandou ninguém pressionar o Governo?

O FMI não obriga as autoridades

a tomar medidas. Discutimos as melhores respostas de política económica aos desafios que Angola enfrenta. E concordamos sobre o melhor curso de acção.

Pensa que o aumento da despesa pública resulta também do apoio a uma administração pública ineficaz, que impõe enorme pressão fiscal às empresas e aos particulares?

Na verdade, o Governo vem comprimindo os gastos públicos de maneira significativa, justamente no esforço de evitar défices fiscais que possam levar ao aumento do nível de dívida pública. Por exemplo, em 2020, vários ministérios foram fundidos e o pessoal foi realocado tendo em visto uma maior eficiência da máquina pública. Na Tabela 1 dos nossos relatórios, relativos às várias revisões do programa de financiamento, é possível ver que a despesa total permaneceu à volta de 19,20% do PIB desde 2018. Se facturarmos a contracção do PIB nesse período, a compressão das despesas foi bastante considerável. E continuamos a apoiar os esforços das autoridades para um sector público eficiente que dê suporte a um crescimento económico liderado pelo sector privado.

O BPC é um exemplo de administração pública ineficiente que impõe enorme pressão fiscal sobre empresas e pessoas físicas?

O BPC era um banco público problemático que está a passar por um profundo processo de reestruturação. Está a tornar-se menor e a implementar mudanças internas importantes para garantir que funcionará de acordo com as boas práticas bancárias internacionais.

É urgente reestruturar algumas instituições do Estado, não é?

O FMI tem apoiado as reformas das empresas estatais, incluindo a revisão da legislação e regulamentação que regem as empresas estatais, uma maior transparência, com um número crescente de empresas públicas a publicarem as suas demonstrações financeiras auditadas no site do IGAPE, um ambicioso programa de privatizações, que leva as empresas estatais a focarem-se mais nas suas actividades principais e, em alguns casos, pretende-se fortalecer o papel dos reguladores. O FMI também tem apoiado os esforços do Governo para repensar a sua presença no sector bancário.

E o que deve o BNA fazer melhor para garantir a estabilidade de



Marcos Souto adianta que a política monetária deve ser restringida. A inflação tem um impacto negativo desproporcional sobre os mais pobres, que carecem de recursos e instrumentos para se protegerem dela.

“As PPP não são uma panaceia. Elas podem acarretar um risco fiscal significativo.”

289

Até meados de Novembro de 2020, o Governo adjudicou 254 dos 289 contratos públicos elegíveis através de concursos públicos. Todas essas são iniciativas de boa governança.

38%

Das crianças em Angola com menos de cinco anos sofrem de desnutrição crónica.

15

Com o objectivo de melhorar o ambiente de negócios, o tempo de emissão de vistos para investidores e trabalhadores qualificados foi reduzido para 15 dias.

0,4%

Novas medidas de receita aprovadas no Orçamento de 2020 estão projectadas a produzir ganhos em 2021 equivalentes a um adicional de 0,4 por cento.

preços e do câmbio no mercado angolano, face à actual evolução do preço do petróleo no mercado internacional?

A estabilidade de preços requer uma postura monetária mais rígida. E o BNA já começou a dar os primeiros passos nessa direcção. O ritmo de aperto deve ser bem calibrado para reduzir as pressões inflacionárias, por um lado, mas evitar o estrangulamento da economia, por outro.

Esta não é uma tarefa fácil...

Mas pode e deve ser realizada. A flexibilidade da taxa de câmbio desempenhou um papel importante como amortecedor de choques externos durante a pandemia. E é importante continuar assim. A tentativa de manter a taxa de câmbio artificialmente "estável" causa uma série de desequilíbrios, começando com uma alocação subótima dos recursos financeiros, e pode acarretar menor acesso à moeda estrangeira, na medida em que a oferta não for suficiente para atender à demanda a um determinado preço, além de levar a perda de reservas internacionais.

Podemos dizer que toda a dívida pública é legítima?

Parte do trabalho do escritório de gestão da dívida pública é garantir que a dívida do Governo é documentada. Por exemplo, no caso de dívidas em atraso, o Governo tem trabalhado arduamente para certificar as dívidas antes que qualquer pagamento seja feito aos credores. Esta é uma boa prática de gestão de dívida pública.

A sociedade civil e os partidos políticos querem que a dívida pública seja auditada. Concorde com essa ideia?

Como havia dito antes, as autoridades angolanas já trabalham arduamente para certificar a legitimidade da dívida pública antes de proceder a qualquer pagamento. As autoridades também envidaram esforços significativos para aumentar a transparência.

Portanto...

Por exemplo, são disponibilizados ao público relatórios sobre a execução da estratégia governamental para o pagamento de atrasados. Os planos anuais de gestão da dívida, com informações sobre a dívida pública, também estão disponíveis ao público no site do Ministério das Finanças.

Quais as vantagens do câmbio flutuante para a nossa econo-

mia, que depende fortemente de importações?

Por um lado, como acabei de mencionar, serve como um amortecedor contra choques externos, ajudando a salvaguardar as preciosas reservas internacionais. Além disso, permite uma alocação mais eficaz de recursos financeiros entre os diferentes sectores económicos.

O impacto que a depreciação do kwanza tem causado na inflação não o preocupa?

Compreendemos o impacto que a depreciação do kwanza tem na inflação. Mas, por outro lado, e na medida em que a importação de certos produtos se torna mais cara, há um incentivo crescente para substituir essas importações pela produção nacional desses produtos. Isso contribuirá para a diversificação económica de que Angola tanto necessita.

A inflação tem punido uma população em luta pela sobrevivência, atirando famílias inteiras para a miséria. O que pode ser feito, a curto e médio prazos, para ajudar a reverter esta situação difícil?

A política monetária deve ser restringida. A inflação tem um impacto negativo desproporcional sobre os mais pobres, que carecem de recursos e instrumentos para se protegerem dela. O aumento gradual das taxas de juros e a eliminação do excesso de liquidez do sistema são alguns dos instrumentos de política monetária que podem ser utilizados.

E então qual é a solução fundamental para esta difícil situação?

O crescimento económico abrangente, sustentado e inclusivo, que é o objectivo das políticas do Governo. A estabilidade macroeconómica e as reformas estruturais são as chaves para se atingir esse objectivo.

É urgente uma adequada promoção da supervisão do sistema financeiro, evitando crises sistémicas no mercado financeiro angolano?

O BNA tem vindo a reforçar a supervisão do sistema financeiro. A Lei das Instituições Financeiras, actualmente em apreciação na Assembleia Nacional, tem um capítulo importante sobre supervisão. A regulamentação do sistema bancário vem sendo aprimorada. As avaliações da qualidade de activos que foram realizadas em 2019 também buscaram examinar a capacidade dos bancos de avaliar e gerir o risco de crédito. A implementação da lei de CBC/FT e das

regulamentações associadas fará com que os bancos que operam em Angola reforcem os seus controles internos, contribuindo para a recuperação das relações com bancos correspondentes.

Os ministros das Finanças africanos pediram ao FMI acesso a 500 mil milhões de dólares em Direitos Especiais de Saque e melhores condições de financiamento para responder à crise da covid-19. Alguma hipótese para Angola, além do acordo que já tem com o FMI?

Uma nova alocação de Direitos Especiais de Saque poderia fortalecer as posições de reserva internacional de todos os países e fornecer a ajuda necessária na forma de liquidez adicional para aqueles que dela necessitam. É algo que permanece sob consideração. Espera-se que a questão seja discutida novamente pelos membros no período que se segue. Entretanto, como observamos antes, estamos a fazer o máximo uso possível dos Direitos Especiais de Saque existentes como meio de transferir recursos adicionais de economias avançadas para países de baixa renda. O FMI já aprovou mais de 105 mil milhões de dólares de apoio a 85 países desde o início da pandemia.

O Governo tem cumprido as medidas do programa de financiamento?

O desempenho do programa apoiado pelo FMI tem sido adequado. A maioria dos critérios de desempenho, bem como as metas indicativas, têm sido cumpridos. Mesmo face aos desafios da pandemia de covid-19 em curso, as autoridades angolanas têm demonstrado um forte compromisso com políticas sólidas. O desempenho no cumprimento dos benchmarks estruturais tem sido mais heterogéneo. Mas, mesmo aí, o compromisso das autoridades com as reformas parece-nos robusto.

O que significa viver em Angola com a família? O que mais gosta no país?

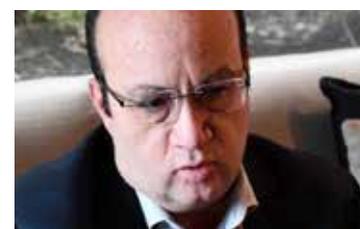
As pessoas e o calor humano. A minha família e eu fomos muito bem recebidos pelos angolanos, que nos fazem sentir como se estivéssemos no Brasil. Além do mais, impressiona-nos, sobremaneira, a personalidade positiva do povo angolano. Mesmo perante grandes dificuldades, ainda encontra uma forma de cantar, de dançar, de manter uma abordagem construtiva a respeito da vida. Tem sido para nós uma enorme aprendizagem.



Houve progresso significativo na obtenção de um ambiente macroeconómico mais estável.



A decisão de cancelar ou não a compra de aviões não cabe ao FMI.



É preciso fazer mais, como melhorar a infraestrutura eléctrica e de transportes, aumentar o acesso à água, etc.

Economia/Política

SISTEMA INFORMÁTICO FRAGILIZADO FACILITOU HACKERS

Minfin arriscava-se a pagar milhões para recuperar ficheiros

ATAQUE INFORMÁTICO. Acção de piratas informáticos poderá ter sido motivada por roubo de ficheiros ou para descredibilizar a instituição, expondo os documentos. Ministério das Finanças garante, no entanto, que sistemas já estão recuperados e protegidos. E descarta qualquer hipótese de pagamento de resgates.



Por Guilherme Francisco

A falta de educação em segurança digital dos funcionários, a utilização de softwares ou dispositivos comprometidos sem actualização periódica do sistema tecnológico e a não utilização

de controlos de segurança terão facilitado o ataque informático ao Ministério das Finanças na quinta-feira, 17 de Fevereiro, segundo referem os especialistas em tecnologia e segurança cibernética Sungo Afonso e Daniel Ferreira.

O ataque de que foi alvo a instituição possivelmente foi do tipo Ransomware, cujo objectivo, explica Sungo Afonso, é de encriptar ficheiros ou documentos importantes,

obrigando a vítima a pagar uma quantia avultada em moedas virtuais, como o bitcoin, em troca de ver os ficheiros recuperados. “Na verdade, os hackers fazem-no por motivação própria ou porque fazem parte de um grupo organizado de criminosos que têm objectivos de ganhar dinheiro. O valor normalmente varia de organização para organização e pode ser avaliado em milhões de dólares em bitcoin.

Podem também existir instituições ou pessoas que contratem hackers com objectivos pessoais para apagar rastros financeiros, documentos comprometedores. Mas a verdade é que, mesmo que o ministério pague o valor cobrado para o resgate, não há garantia de que a chave de encriptação será dada para recuperar os documentos bloqueados”, explica.

A julgar pela tipologia do ataque, por sinal dos mais solicitados, o auditor informático Márcio Muhongo refere que, na eventualidade de se tratar de uma encomenda, o autor terá recebido acima dos 200 milhões de kwanzas, quase o dobro do valor de um contrato de segurança digital.

Por seu turno, o cyberforensics e ethical hacker Daniel Ferreira, uma espécie de hacker que actua no lado da prevenção, lamenta o facto de cerca de 90% dos ataques informáticos em Angola serem perpetrados via e-mail e acredita numa difícil recuperação de documentos e ficheiros até porque o Minfin, se calhar, nunca “fez ROSI (boas práticas de prevenção) bem-feito.” “Um ataque de Ransomware (uma espécie de vírus que exige pagamentos para sua eliminação) não implica que nada tenha sido roubado, pode simplesmente danificar as Bases de Dados, ou pode encriptar os dados, existem vários cenários. Para se recuperar, muito difícil, só sabendo qual o Ransomware, a dimensão do impacto, onde chegou mesmo. Imagine que foi num servidor apenas, mas se esse for o servidor central, pode parar todos os serviços. Se for num servidor de BD, pode encriptar os dados ou destruí-los. Se foi através de um utilizador, pode ter-se espalhado pela

rede”, explica.

Sendo a segunda instituição importante do Estado a sofrer ataque cibernético, em menos de dois anos, depois da Sonangol, os especialistas recomendam “forte investimento” em políticas de cibersegurança, formação e frequente treinamento aos funcionários nesta matéria. “O Ministério das Finanças é um ministério estratégico, por isso é necessário que se criem condições para que situações do género sejam minimizadas no futuro”, recomenda Sungo Afonso.

MINFIN DESACONSELHADO A PAGAR

Ao VALOR, sem aprofundar detalhes, o Ministério das Finanças explica que, apesar do cenário descrito por especialistas, “não seria aconselhável o pagamento de resgate” dos ficheiros e documentos hackeados. E assegura que o acervo documental se encontra disponível assim como o sistema já foi recuperado graças ao trabalho conjunto desenvolvido com parceiros. As Finanças asseguram também terem reforçado o sistema de vigilância.

O sistema informático do Minfin sofreu ataque a 18 de Março. Em nota, o órgão dava conta de terficar limitado o funcionamento normal das plataformas tecnológicas, com destaque para os e-mails e pastas de documentos partilhados. Entretanto, garantia, na altura, não terem sido afectados os sistemas de arrecadação de receitas (SIGT, ASYCUDA, Portal de Serviços, Portal do Município, Portal do Contribuinte e Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado – Sigfe), bem como os portais institucionais.

ATÉ A SEMANA passada foram disponibilizados pelos bancos um total de 510.079 milhões de kwanzas de financiamento aos projectos enquadrados no Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI).



PREÇOS

Comércio prepara instituto regulador

O Ministério do Comércio e Indústria está a preparar a criação de um instituto regulador de preços para o comércio.

Uma nota do Ministério dá conta de que a proposta surge para “dar resposta à lacuna” deixada pela extinção do Instituto de Preços e da Concorrência (IPREC), afecta ao Ministério das Finanças, cuja as atribuições foram absorvidas pela Autoridade Reguladora da Concorrência, abreviadamente designada por ARC.

A ARC está mais virada para a regulação da concorrência, mas sem grandes atribuições na resolução directa de conflitos de consumo, quer resultem de decisões de empresas ou das condições de venda acordadas. Nesta fase embrionária do projecto, o Inadec (Instituto Nacional do Consumidor), que também viu as suas competências reduzidas, a Aniesa (Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar), as restantes direcções do comércio, entre outros parceiros, são igualmente chamadas a integrar o grupo de trabalho.

ESTRATÉGIA ACTUAL CONCENTRADA NA PGR

Vice-PGR lamenta falta de plano nacional de combate à corrupção

JUSTIÇA. Mota Liz reconhece a existência de corrupção e nepotismo na contratação pública. Reafirma averiguação das denúncias contra o director do gabinete de João Lourenço. E desafia jornalistas a multiplicarem denúncias de casos e corrupção.



Mota Liz, vice-Procurador-Geral

Por Guilherme Francisco

O vice-Procurador-Geral da República, Mota Liz, lamenta a ausência de uma estratégia nacional de combate à corrupção, ou seja, “um plano realista, abrangente e integrado” para a redução da corrupção. “Há uma estratégia de combate à corrupção insti-

tucional, da Procuradoria-Geral, creio que algum departamento governamental esteja a trabalhar neste instrumento congregador que envolveria a administração, parlamento e sociedade civil. Um plano realista, que comunica com todo o mundo, fala com os jornalistas, que diz claramente qual é o papel de cada um, isso é fundamental”, defende.

Para Mota Liz, a corrupção

poderá reduzir somente com a organização da administração pública e a desburocratização dos serviços, além do fortalecimento das instituições. O vice-PGR observa também a necessidade de maior transparência na divulgação, pelo Ministério das Finanças, dos contratos públicos, processo em que admite existirem esquemas de corrupção e nepotismo. “Os esquemas na contratação

pública, a todos os níveis, continua a haver. Estamos a identificar quantas empresas foram criadas para fazer contratos públicos e, na verdade, já estavam pré-seleccionadas para ganhar? Isso não acabou, continua”, reconhece, exortando os jornalistas a ajudarem a denunciar tais crimes. “Quando todos trabalharmos juntos, incentivando a cultura de denúncia, investigando com isenção os actos de corrupção que tiverem conhecimento, o programa terá mais sucesso. É fundamental a vontade política, das instituições de combate à corrupção, mas os jornalistas têm um papel muito importante”, observa.

Durante o processo de investigação, recomenda os jornalistas a denunciarem igualmente as “forças de bloqueio ao combate à corrupção”, mas baseando-se em factos e respeitando o segredo de justiça, nos casos em tramitação. “Não indo ao cartório tirar informação na peça processual porque, até à pronúncia, o processo está coberto de segredo de justiça”, recorda.

EDELTRUDES COSTA SOB INVESTIGAÇÃO

Questionado, à margem do workshop sobre o ‘Papel do Jornalista no Combate à Corrupção’, sobre o caso do director do gabinete do Presidente da República, supostamente envolvido em negociações com o Estado, conforme noticiou a imprensa portuguesa, Mota Liz explicou que “está a ser auditada a solidez da denúncia” para eventual posterior abertura de processo-crime contra Edeltrudes Costa.

Economia/Política

ACETRO CONTABILIZOU 2.406 VENDAS

Vendas de viaturas recuam com mais estrondo em 2020

AUTOMÓVEL. Em sete anos, vendas recuaram cerca de 95%. Concessionárias apostaram, no ano passado, para “uma certa estabilidade e crescimento”, mas aconteceu o contrário: o recuo foi ainda maior que em 2019. Com menos de dois anos, marca chinesa vende tanto quanto a Toyota

Por César Silveira

Depois do ligeiro recuo de 2,3%, em 2019, face a 2018, as vendas de viaturas da Acetro (Associação dos Concessionários de Equipamentos de Transporte Rodoviário e Outros) voltaram a registar queda, em 2020, mas com maior ‘estrondo’, passando de 3.073 para 2.406, ou seja, um recuo de 27,7%.

Os resultados contrariam assim as previsões da Acetro em 2019, que havia perspectivado para aquele ano uma “tímida recuperação” e para 2020 “um ano de uma certa estabilidade e crescimento mais significativo”, projecções que assentavam numa certa expectativa de uma maior recuperação económica.

“Em 2019 esperamos que o mercado inicie, mesmo que de forma tímida, alguma recuperação. A nossa expectativa é que este ano as vendas cresçam cerca de 10%. Claro que este crescimento parte de uma base bastante baixa e, portanto, em unidades será um crescimento relativamente pequeno”, perspectivou ao VALOR, em 2019, o presidente da Acetro, Nuno Borges.

O cenário de recuperação era calculado, face à tendência de quebra que se registava no mercado desde 2014, ano de



pico das vendas de viaturas com 44.536 unidades. No entanto, desde então, as vendas já recuaram cerca de 94,7%.

MARCAS E EMPRESAS COM VENDAS ZERO

A Acetro conta com 24 associados, representando 42 marcas, algumas das quais não realizaram qualquer venda no período em análise. No caso das marcas, são um total de 15 em que se destacam a Isuzu, Porsche, Citroen, Scania, BMW e a Chevrolet, esta que já é uma das mais solicitadas.

Representante das marcas Isuzu e Chevrolet, a Vauco é um dos destaques entre as empresas que não comercializaram qualquer unidade em 2020. Na mesma situação, terminaram as empresas Porsche Angola e a Angobavária, representante da BMW.

JETOUR, A CHINESA QUE VENDE TANTO QUANTO A TOYOTA

Fora das marcas da Acetro, a chinesa Jetour vendeu mais de 500 unidades, em 2020, quantidade muito próxima da mais vendida

entre as associadas da Acetro. Foi a Toyota com 566 unidades comercializadas, ou seja, mais do dobro do que a segunda marca mais comercializada, no caso a WV/Camiões automáticos com 252 unidades.

A Jetour (termo em chinês que significa ‘estrada da vitória’) foi lançada em 2018, iniciando a ‘aventura’ com um SUV de grande porte X70, e começou a ser comercializada em Angola em Maio de 2019.

Produto da montadora estatal chinesa Chery, fundada em 1997, é representada em Angola pela empresa ATAC, que representa também as marcas Borgward e Changan, ambas também chinesas. Em 2020, vendeu 50 unidades da Borgward e números ainda mais modestos da Changan.

Para este ano, a empresa projecta vender pelo menos duas mil viaturas, além de abrir mais lojas, sobretudo fora de Luanda, estando também previsto o lançamento do novo modelo do Jetour, de acordo com o responsável de comunicação e marketing da representante. Edy Carvalho garante que a empresa está “totalmente preparada para a manutenção das viaturas”, uma das fraquezas das marcas chinesas em Angola, de acordo com o histórico. Em Fevereiro deste ano, entretanto, o mercado testemunhou a entrada de uma nova marca chinesa, a Geely, representada pela empresa Niodior.

MEMORIZE

- Desde 2014, ano em que foram comercializadas 44.536 viaturas, as vendas só recuam. Em 2020 foram vendidas apenas 2.406 quando a Acetro espera que fosse ser o ano de recuperação. Ou seja, uma quebra de cerca de 95%.



15
anos

**PRODUZIMOS JUNTOS,
CRESCEMOS JUNTOS.**



**O Banco BIC está ao seu
lado nas Pescas, na Pecuária
e na Agricultura.**

Prazo Máximo de Financiamento: de 2 anos (24 meses) a 8 anos (96 meses).
Garantia Pública: até 75% do valor do capital financiado.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC
+(244) 923 190 870
Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC
Crescemos Juntos

Mercados & Negócios



BNA OBRIGAVA A VENDA ATÉ DEZEMBRO DE 2020

Bancos não conseguem vender imóveis ‘excedentários’

BANCA. Instituições incumprem disposições do regulador, justificando-se com a “conjuntura do mercado”. Solução poderá passar por “artimanhas”, com vista à redução do valor desses activos nos balanços.

Por César Silveira

Vários bancos comerciais não conseguiram cumprir a directiva do BNA que orientava a alienação, até final de 2020, dos imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio e que não tenham sido vendidos nos prazos legais.

A lei estabelece dois anos para os bancos se desfazerem de imóveis

nessa condição e a determinação do BNA surgiu, a 14 de Fevereiro de 2020, depois de verificar que algumas instituições financeiras mantinham, no balanço, e além dos prazos, imóveis que não se destinavam a uso próprio.

“As Instituições Financeiras Bancárias que não tenham alienado os imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio, até ao final do prazo estabelecido no número 1 do artigo 13.º da Lei n.º 12/15, de 17 de Junho, Lei de Bases das Instituições Financeiras, devem proceder à alienação dos referidos imóveis até ao dia 31 de Dezembro de 2020”, lê-se na directiva que dá conta ainda que

2

Anos, período determinado para os bancos desfazerem dos imóveis adquiridos em reembolso de crédito.

o incumprimento “constitui contra-venção punível”.

Diversos banqueiros consultados pelo VALOR garantem, no entanto, que não foi possível cumprir com a determinação do BNA. E admitem “encontrar artimanhas”

nos balanços para se aproximarem das exigências do Banco Central, dando como exemplo a possibilidade de redução do valor desses activos ou a sua inclusão nas amortizações. “Não é que não quiséssemos cumprir. Não há a quem vender, não há comprador. Não significa que não estejamos a vender uma ou outra coisa, mas, no geral, não conseguimos”, comenta um banqueiro, atirando as culpas à “conjuntura do mercado”.

Num outro aviso de 11 de Fevereiro de 2020 e assinado pelo governador José de Lima Massano, o BNA avança que as instituições que não se adequassem ao aviso sobre “o limite

do immobilizado”, entre outras penalizações, estariam impedidas de abrir novas agências ou dependências.

A lei determina que as instituições financeiras não podem adquirir imóveis que não sejam os indispensáveis à sua actividade, incluindo instalações e funcionamento. Mas há um senão: quando, tratando-se de bancos autorizados a conceder crédito, a aquisição resultar do reembolso de créditos próprios. E, nestas situações, os imóveis devem ser alienados no prazo de dois anos.

Contactado, o BNA não se pronunciou, desconhecendo-se qual será o seu posicionamento face ao incumprimento dos operadores.

GESTÃO CAMBIAL

BNA destaca “ganhos significativos”

O Banco Nacional de Angola (BNA) acredita que a gestão do mercado cambial e da política monetária permitiu “alcançar ganhos significativos” para a economia.

De acordo com relatório sobre a evolução do mercado cambial do BNA, apresentado nesta segunda-feira, a taxa de câmbio do kwanza contra o dólar norte-americano evoluiu em direcção ao “equilíbrio”, sendo “visível uma desaceleração da sua depreciação” no final do ano de 2020.

De acordo com o relatório, o kwanza registou uma estabiliza-

ção, no início de Novembro de 2020, em torno de 650 kwanzas, face ao dólar e manteve-se nesse nível até à data da elaboração do relatório, a 30 de Janeiro.

“Quanto ao valor do kwanza contra as principais moedas do comércio internacional, verifica-se que, com as reformas adoptadas até ao momento, foi possível reduzir a forte sobrevalorização do kwanza, face a essas moedas, evidenciado através da redução do hiato da taxa de câmbio real efectiva (TCRE), que passou de 59,0% no início de 2016 para apenas 2,3% no final de 2020,

aproximando-se assim do seu valor de equilíbrio.”

O documento destaca também que a implementação de plataforma de negociação de divisas FXGO permitiu ao banco central reduzir “significativamente” a participação no mercado cambial e contribuiu para a determinação de uma taxa de câmbio “muito representativa” do mercado. O Banco Central refere ainda que a introdução de leilões de venda de moeda estrangeira a prazo conferiu “maior previsibilidade sobre o acesso à moeda e o comportamento da taxa de câmbio, a prazo”.

A SOCIEDADE DE DISTRIBUIÇÃO de Bebidas de Angola (Sodiba), que tem como acionista Isabel do Santos, evitou a falência com “recetividade dos bancos para reestruturar a dívida”, corte de despesas e a “quase anulação do plano de investimentos”, avançou o ceo da empresa, Luís Correia citado pelo portal português ECO.



EMPRESA PREPARA RETOMA EM MARÇO

Fábrica de telemóveis escapou à falência

INDÚSTRIA. Projectos adiados, entre os quais telemóveis inteligentes, devem ser lançados ainda no decorrer deste mês. Internacionalização da marca e venda de aparelhos a crédito constam das ambições da empresa.

Por Guilherme Francisco

Apanhada de surpresa pela pandemia, quando contabiliza apenas um ano e três meses de operação, a fábrica de montagem de telemóveis Lisa Pulsaris Electrónica (Lisa) foi obrigada a paralisar totalmente a produção, no seguimento da decretação do estado de emergência, em Março passado.

Em Agosto, acabou por retomar a actividade, mas por pouco tempo, apenas para responder a uma solicitação de 2018 das operadoras Unitel e Movitel para a montagem de cinco mil telemóveis.

Com a operação, entretanto, novamente suspensa, arrastando-se até ao presente exercício, a empresa esteve à beira de encerrar completamente as portas, segundo o seu

CEO, Morato Custódio.

“Quando se dá a pandemia, propriamente o Estado de Emergência, estávamos há pouco mais de um ano no mercado. Podemos dizer que, se não fosse o esforço dos accionistas, a empresa hoje estaria fechada”, insiste.

A suspensão da actividade levou ao adiamento do lançamento do tablet e do smartphone da empresa, mas, com as perspectivas de retoma das operações, este último produto deve ser lançado já ao longo deste mês, plano que determinou também a manutenção dos 152 empregos.

Em relação a telemóveis, de um total de 250 mil, Morato Custódio espera colocar no mercado pelo menos 10 mil aparelhos inteligentes a preços a variar entre 40 e 50 dólares. “Temos um mercado em recessão, o poder de compra, neste momento, é baixo, a nossa estratégia é fomentar a inclusão digital por intermédio de smartphone de baixo custo para o utilizador final”, refere, justificando

a indexação dos preços ao dólar pela oscilação do kwanza nos últimos anos.

Morato Custódio espera também negociar com as operadoras de telefonia e bancos a facilitação de crédito para a aquisição de telemóveis por pessoas de baixa renda, admitindo a hipótese de pagamentos faseados ao longo de um ano. Outro objectivo passa pela internacionalização da marca ainda em 2021, começando pela SADC, estando já identificados potenciais clientes no Botsuana, Moçambique, Zimbábue e Namíbia.

Com uma capacidade instalada de produzir 390 mil telemóveis por mês, no primeiro ano de operação, 2019, chegou no pico de 30 mil telemóveis por mês. Neste número constam os telemóveis solicitados pelas operadoras Unitel, Laranjinha, e Movitel, moranguinho, e outras 70 mil unidades vendidas sob a égide da marca Lisa. A produção no referido ano equivaleu a receitas de 5 milhões de dólares.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

DE JURE

NOS TRIBUNAIS DE COMARCA DE TODO O PAÍS, DIZ CSMJ

Falta de magistrados força redução de julgamentos

JUSTIÇA. Para já, Conselho Superior da Magistratura Judicial analisa a melhor solução para o caso e recomenda soluções criativas, como o apoio recíproco entre os juizes da mesma secção.



Mário Marques © VE

Por Redacção

A escassez de magistrados vai forçar a redução do número de julgamentos nas comarcas, sobretudo com a obrigatoriedade de constituição de tribunais colectivos, com um corpo constituído por um mínimo de três juizes.

A falta de magistrados em

número suficiente, segundo o portavoz do Tribunal Supremo e do Conselho Superior da Magistratura Judicial, "é um dos grandes desafios com que os tribunais se debatem".

Para Pedro Chilicuessue, os julgamentos devem ser feitos por um corpo de três juizes, o que, na actual realidade, em termos de juizes em funções, ainda não permite concretizar confortavelmente esse desiderato".

O juiz de direito antecipa que, com a implementação dos tribunais

colectivos, vai haver baixa nos processos a julgar, admitindo, entretanto, que essa é a realidade prática, numa altura em que são necessários 150 juizes para atender todo o país".

Neste momento, avança o magistrado, o Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ) está a analisar a melhor solução para o caso, para já, sido recomendadas soluções criativas, das quais o apoio recíproco entre os juizes da mesma secção.

"Se uma secção tem três juizes,

cada um deles tem um dia para julgar. Os outros dois fazem equipa e, assim, sucessivamente", elucida Pedro Chilicuessue, que, em declarações ao 'Jornal de Angola, reconheceu que "esta situação vai concorrer para a redução do número de julgamentos". "Mas é a saída que se impõe ante a exiguidade de juizes em Angola", reitera.

Com a entrada em vigor dos novos Códigos Penal e do Processo Penal, o juiz acredita que, no que aos níveis de preparação dos tribunais

diz respeito, "os diplomas representam um ganho para o país", estando, aos poucos, os tribunais a encaixar-se, avalia.

Por imperativo legal, o ano judicial arranca hoje, no entanto, Pedro Chilicuessue avança que a cerimónia formal de abertura terá lugar apenas no fim em finais deste mês.

Esclareceu que os tribunais de Comarca de Cacucaco e de Viana não entram em funções este mês, por estarem em curso trabalhos de melhoria nas infra-estruturas.



PM DE ISRAEL É SUSPEITO DE CORRUPÇÃO

Netanyahu volta a tribunal a 5 de Março

O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, deve voltar ao tribunal de Jerusalém, que o julga por suspeitas de corrupção, a 5 de Abril, após as eleições legislativas de 23 de Março. A sessão foi interrompida no mês passado, quando Netanyahu, de 71 anos, se apresentou durante 20 minutos no tri-

bunal para rejeitar novamente as acusações de corrupção, fraude e abuso de confiança em três casos.

Detentor de um recorde de longevidade dos primeiros-ministros israelitas, com 15 anos no poder, Netanyahu é o primeiro chefe de governo da história de Israel a ser julgado em funções.

Os advogados, Boaz Ben Zur e Amit Hadad, acusaram o procurador Avichai Mandelblit, designado por Netanyahu, de má gestão do caso. Na sua pers-

pectiva, uma parte do inquérito foi aberta sem as necessárias autorizações. Netanyahu está a ser julgado em três casos. O dossier Bezeg, também designado 'Caso 4.000', em que é acusado de ter tentado assegurar uma cobertura mediática favorável pelo portal na Internet Walla sobre os favores governamentais de milhões a Shaul Elovitch, então patrão do gigante israelita de telecomunicações Bezeg, do qual o Walla faz parte.

LIDERANÇA NO FEMININO

Dez das líderes mais influentes do mundo

INVESTIMENTO. São inspiradoras, estão em todos os sectores e países em que a liderança sobressai pela positiva. Constan de diferentes listas por meios de renome como CEO Magazine, Forbes e Business Insider e o VE reuniu apenas 10. Em mês das mulheres, poder ao feminino.

Por Redacção

1- Kamala Harris – é a número dois da cadeira mais poderosa do mundo depois de ser eleita a primeira mulher vice-presidente dos EUA. É afro e indo descendente, filha de imigrantes e foi procuradora geral em 2010, tornando-se famosa pela negociação que abandonou até que as condições que impôs fossem cumpridas pela banca. Tornou-se senadora em 2016.

2- Christine Lagarde – a francesa foi a primeira mulher a assumir a direcção do Banco Central Europeu, e também a primeira mulher responsável pelo Fundo Monetário Internacional de 2011 até 2019. Formada em lei do trabalho foi também nadadora da equipa nacional.

3- Jacinta Ardern – A premier da Nova Zelândia foi o exemplo de maior sucesso de gestão durante a pandemia e para além de ser mulher, foi mãe recentemente e é a mais nova primeira ministra do mundo. Teve o mérito de depois do Massacre de Christchurch que vitimou 51 pessoas, ter conseguido aprovar a ilegalização de armas semiautomáticas.

4- Ângela Merkel – A Sra da gestão macro alemã tornou-se na líder mais consensual no seu país e em 14 países europeus à frente de qualquer outro líder na região. Foi a primeira chanceler da história alemã e saiu a seu pedido este ano do cargo que ocupava desde 2005. fez frente à onda de nacio-



nalismo que invadiu a europa e permitiu a entrada a mais de um milhão de deslocados sírios. O PHD em físico-química fez da também cientista uma das mais bem-sucedidas durante a pandemia do covid.

5- Melinda Gates – Ocupa o lugar de 5ª mulher mais poderosa do mundo, segundo a Forbes, pela posição da maior organização de filantropia do mundo e que gere um orçamento de mais de 40 mil milhões de USD. Mulher de Bill Gates é conhecida pelo investimento em áreas que vão desde a educação, à contracepção, e programas de saneamento orientados frequentemente para jovens mulheres em países em vias de desenvolvimento.

6- Tsai Ing Wen – A presidente de Taiwan, é a primeira na região asiática a ter chegado ao cargo sem pertencer a famílias com histórico de governação e sem marido. Tem um doutorado em Lei Comercial da London School of Economics e tornou-se algo como heroína do povo e uma das líderes mais respeitadas pela sua capacidade de negociação e depois da pandemia que só fez 7 mortes no país.

7- Kiran Mazumdar-Shaw – a líder da maior produtora de insulina no continente asiático, começou no negócio da fermentação e tornou-se multibilionária por esforço próprio, com a fundação da sua Biocon em 1978. Com uma abordagem de inovação acessível e saúde para todos a empresa fornece mais de dois mil milhões de doses de insulina rendendo em 2019 cerca de 800

milhões de USD. Shaw viu a sua empresa ultrapassar a marca dos mil milhões no primeiro dia em bolsa em 2014.

8- Joey Wat- de criança trabalhadora numa fabrica aos nove anos a CEO de uma companhia na lista das 500 maiores do mundo, dona da maior cadeia de restaurantes na China com mais de 10 mil de portas abertas em 1400 cidades, Joey Wat tem uma história de liderança de impressionar. Antes de assumir a empresa Yum China estava em pleno declínio e passou a registar lucros de quase 100 milhões no ano passado.

9- Naomi Osaka – aos 23 anos é digna de menção por se ter tornado a atleta mais bem paga da história com um registo em 2020 e apesar da pandemia de mais de 37 milhões de USD em 12 meses. Três vezes campeã do Grand Slam em representação do Japão, a atleta que tem também descendência afro tornou-se também um símbolo de intervenção na esfera publica através da advocacia contra a brutalidade policial.

10- Ozlem Tureci – a mente que ao lado do marido Ugur Sahim há um ano estava investida na luta contra o cancro através da BioNTech foi a a primeira a entregar ao mundo uma vacina contra o covid 19. O casal turco já era multibilionário graças à venda da sua primeira empresa farmacêutica mas actualmente a BioNTech vale 21.9 mil milhões de USD pelo desenvolvimento de uma vacina em 11 meses quando o record anterior era de 4 anos.

(In)formalizando



JOVENS PROCURAM CONHECIMENTOS

Troca de formação cresce nas redes sociais

PERMUTA. Redes sociais têm servido de meio alternativo na troca de experiências entre internautas, sobretudo jovens, em diferentes áreas formativas. Desta forma, fintam a impossibilidade financeira de frequentar cursos profissionais em instituições formais.

Por Guilherme Francisco

A pandemia da covid-19 deu azo ao crescimento de variados negócios nas redes sociais. Antes, vistas como simples meio de interação entre pessoas, as redes sociais transformaram-se num imenso 'mercado' para quase tudo. Das famosas vendas em páginas em grupos, agora viraliza em tudo quanto é canto das redes, com realce no Facebook, a troca de formação profissional. A troca cinge-

-se na base de conhecimentos em determinada matéria. É feita em formato privado 'online' e, nalguns casos, presencialmente.

Erinela Maureth, a viver intensamente a experiência desde o ano passado, dedica-se à troca de conhecimentos desde 2015. Começou com o 'aperto' da crise financeira. Professora de profissão, perde-se nos números de cursos trocados até agora. No leque dos que lecciona, destacam-se gestão empresarial, maquilhagem, pastelaria e decoração. "A falta de possibilidade de fazer curso num centro de formação é o que nos motiva a ensinar-nos uns aos outros. Normalmente, publico nas redes sociais a minha disponibi-

lidade de ensinar o que domino em troca de ensinamentos novos, não tarda surgem muitos interessados. De acordo com o meu interesse em aprender, faço a escolha conveniente, em seguida marco no privado o horário da formação, geralmente, por vídeo no 'whatsapp' e alguns casos presencialmente", conta.

Naquelas formações mais práticas, como é o caso de pastelaria, culinária, decoração e maquilhagem, as mais solicitadas, os interessados são obrigados a combinarem o lugar em que decorrerá a formação, na maior parte das vezes, na casa onde habitam. Os custos com materiais essenciais para a aprendizagem são da responsabilidade

MEMORIZE

● A troca de formação com nas redes sociais começa a tornar-se viral, impulsionada pela restrições impostas pela pandemia da covid-19 e, sobretudo pela falta de condições financeira para investir em vários cursos. Moda viraliza.

do formando, podendo o formador auxiliar os custos em jeito de solidariedade.

Outra frequentadora dos cursos é Helena Simão. Também justifica a opção por se constituir pouco onerosa se for comparado ao que se paga nos centros de formação. "A formação é tão cara, nesta fase, que não tenho emprego nem estou a estudar e esse intercâmbio ajuda-me bastante na realização de alguns negócios", afirma.

Após a troca, muitos participantes canalizam os conhecimentos

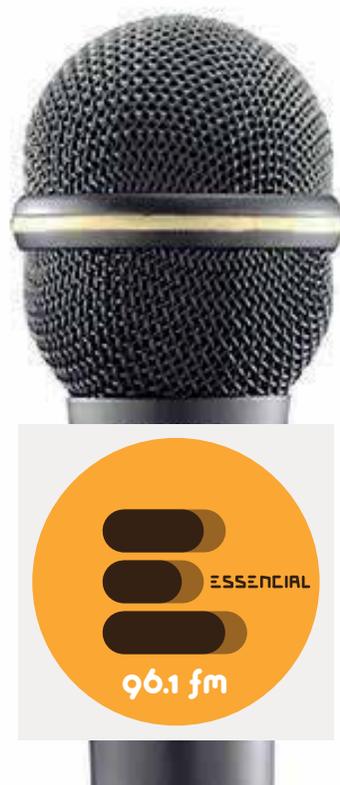
adquiridos para o empreendedorismo. Uns ministram ao domicílio com carácter comercial ou ainda criam pequenos grupos, capacitam no sentido de prestar serviços a eventos, conforme é observado nos cursos de decoração e maquilhagem.

Mas nem tudo nestas conhecidas trocas de experiência funciona bem. Por exemplo, Erinela Maureth revela que há quem alegue dominar certa área (a partilhar), contudo, quando é confrontado durante a formação demonstra completo desconhecimento. "Antes de aceitar a troca é importante certificar se a outra parte domina o que nos pretende ensinar, uns tantos que andam nestas actividades têm conhecimento empírico", nota.

Nesta tendência estão presentes maioritariamente jovens mulheres residentes em Luanda, segundo uma consulta de perfis no Facebook. Um publicam a demonstrar interesse na partilha apresentando antecipadamente o que realmente gostariam de aprender.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões

Sonhei o aeroporto “cinco de fevereiro” em 5g



Celso Malavoloneke,
docente
e jornalista

O Sonhei esta noite com o “cinco de Fevereiro”. Nos nossos tempos do antanho que não é ainda tão antanho assim, o “quatro de Fevereiro” era passa os vôos internacionais. Nós que íamos “às Províncias” – Luanda não era “Província”, era “a Capital” e a sede era a Mutamba – nem púnhamos lá os pés. Só os filhos dos “mwatas” é que iam lá comprar cigarros Marlboro, uísque Chivas e perfumes de Paris para nos estilar com eles. Nós mbôra nos atiravam no terminal doméstico onde íamos apanhar o 737 prá voltar na bwala e levávamos queda porque os Wís da TAAG vendiam mais bilhetes que lugares. Mas prontos, sonhei então com o “cinco de Fevereiro”.

Só que no meu sonho o velho “cinco de Fevereiro” estava outra coisa. Totalmente conectado a 5G, milhões de viajantes e cargas passavam por portões e autocarros que faziam tudo sozinhos. Tipo kazumbis, os portões abriam e fechavam sozinhos, os autocarros andavam sem motorista conduzir, o check in era só

virar a chipala no espelho e encostar o telelé com o bilhete na maquina e o computas registava tudo: que eu quero ir para o Lubas City, a minha sala de embarque e tal, o portão de embarque outro tal, o avião é xis, a minha cadeira é ípsone. A bicha era só andar, bem rápida, as pessoas andavam desde a entrada até à escada do avião nem viam um funcionário sequer. Distraído me perdi cheguei na porta errada, o sensor me reconheceu e o alto-falante na fechadura me berrou: “xé, papoite o portão que vais mbôra bocoar é aquele que passaste”...

Fiquei mbôra bwamado. Na minha cachimónia de atrasado da província, para mim viagem é ir para o aeroporto, dar gasosa no guarda da porta para entrar, discutir na bicha do check in, aturar a cara feia dos funcionários da TAAG (quando não te dizem que mesmo com ok o vôo está cheio). Mostrar o BI, a Guia de Marcha, responder ao agente do SME que sou mesmo mwangolé do Kuvangu, esperar bwé de tempo na sala de embarque sem ar condicionado e cheia de barulho, “se lutar” para entrar no autocarro, “se lutar” outra vez para entrar no avião.

Nada, no “cinco de Fevereiro” do meu sonho não era nada disso. Tudo nos trinques, tudo funcionava sozinho (por isso é que funcionava porque se entrasse aí a confusão dos manos da TAAG, miuxxx!) parecíamos todos tipo já bosses da “primeira classe”. Porque era tudo digital,

grandes mundos, era a tal chamada “cinco dimensões”...

Xé! Aquilo até metia medo. O autocarro sem motorista sabia qual era o avião onde tínhamos que ir. A tal Cinco Gi? – a Dimensões ajudava na programação do trajecto. Era tipo no Céu, o autocarro pára aqui para deixar passar uma cisterna de combustível, pára ali para dar prioridade a outro autocarro, para acolá para uma carrinha de catering passar. E tudo bem rápido. Tudo isso sem os manos da TAAG, nem da ENANA nenhum dos wís que vemos sempre com aqueles coletes de polícia trânsito no aeroporto. Era tudo digital, era tudo cinco dimensões, era tudo 5 D.

De repente acordei. Não era nada “cinco dimensões”, era mesmo o nosso “cinco de Fevereiro”. Qual digital, qualulá. Li algures que lá na China o aeroporto de Shengzen é o tal que anda na boca do mundo porque tudo é feito digital e eu já me assanhei sonhar a mesma coisa para o nosso velho “Cinco”. Nem já!

Mas como sonhar não custa dinheiro, um dia ainda também vamos ter o 5D aqui na banda. Sim, nesta nossa Angola dos Mangopes. Porque aqui nós da banda “nó mayamos”... vão se assustar, já está! O Nguvulu já meteu kumbú no mambo, chamou a Huawei que fez o tal aeroporto que está nas bocas do Mundo e o nosso velho “Cinco de Fevereiro ficou “Cinco Gi”. Vão ver...

Conteúdo patrocinado



Investimento privado em Angola: evolução ou involução?



Jorge Moreira,
Manager EY
Strategy and
Transactions

O investimento é uma das principais alavancas impulsionadoras do crescimento económico. Todavia, durante anos, Angola erigiu algumas barreiras que lhe retiravam atractibilidade aos olhos dos investidores internacionais.

Entre 2015 e 2017 o investimento directo estrangeiro recuou de 16.176 milhões de dólares para 6.208 milhões de dólares, exibindo uma queda de 62%, ou seja, tombou para menos de metade, em apenas dois anos.

Entre os principais constrangimentos tínhamos, por um lado, o imperativo de constituir um negócio envolvendo um parceiro angolano e, por outro, as dificuldades em repatriar os lucros desses mesmos investimentos.

Os últimos anos testemunharam um esforço notório do governo em aumentar a atractibilidade do país perante o investimento estrangeiro, absolutamente inadiável porquanto existe um programa de privatizações a decorrer como pano de fundo.

Esse esforço reflectiu-se na tentativa de criação de um clima social e político mais propício, na nova legislação sobre o investimento privado e numa maior liberalização dos movimentos financeiros. Como corolário, a Lei n.º 10/18, de 26 de Junho e o Aviso n.º 15/2019 do BNA vieram por um ponto final nos principais constrangimentos ao investimento estrangeiro, extinguindo a necessidade de parceiro local e permitindo a expatriação dos lucros.

Entre Agosto de 2018 e Maio de 2020, houve um total de 276 propostas de investimento registradas na AIPEX, totalizando 2.796 milhões de dólares e um potencial de 19 mil novos empregos, dos quais 17.600

representavam postos de trabalho nacionais. A esmagadora maioria destes projectos (216; 78%) localizam-se na província de Luanda, logo seguida pela província do Bengo que acolhe 12 projectos (4%).

Na sua maioria, tratam-se de projectos industriais (120; 43%) e representam investimentos na ordem dos 1.400 milhões de dólares, aproximadamente metade do investimento total alocado.

Comércio, agricultura e serviços são os sectores que assinalam maior número de propostas de investimento registadas. Os sectores da construção civil e das pescas embora assinalem um reduzido número de intenções de investimento - 8 e 4, respectivamente - têm um impacto muito expressivo, pela magnitude dos investimentos envolvidos.

Como seria expectável, a pandemia acaba por ter um efeito muito perverso sobre o investimento. Nos 5 primeiros meses de 2020 foram registadas apenas 37 propostas de investimento. Uma clara desaceleração face aos 168 projectos registados em 2019.

A maior parte dos projectos são oriundos do exterior embora cerca de 40% tenham origem doméstica.

Portugal, China, EAU, Uganda, EUA e Reino Unido são os países que mais projectos estão a apresentar. África do Sul, França e Alemanha são países que embora assinalem escassas intenções de investimento, avançaram com projectos de elevada dimensão.

Porém, até final de Maio do corrente ano, apenas foram criados cerca de 4.900 postos de trabalho, fruto da implementação de 57 projectos, avaliados em aproximadamente 900 milhões de dólares. Encontravam-se em fase de implementação 211 projectos, envolvendo 1.800 milhões de dólares.

Tal como revelam os números, o caminho que está a ser trilhado vai, invariavelmente, demorar o seu tempo até produzir os resultados desejados. Até lá, o segredo é perseverar, sem ziguezagues, pois como dizia Séneca, “nenhum vento sopra a favor de quem não sabe para onde ir”!

Em tempo recorde, as autoridades criaram o sistema dedicado Co-WIN para monitorização da aquisição e distribuição das reservas de vacinas e para permitir que as pessoas se pré-inscrevessem na vacinação.

Como a Índia pode vencer a corrida da vacinação



Sema Sgaier,
Professor
assistente de
Saúde Pública na
Universidade de
Harvard



Prashant Yadav,
Professor associado
na Escola Médica de
Harvard e membro
sénior do Centro de
Desenvolvimento Global



E, tal como em outros países, existem níveis preocupantes de hesitação relativamente à vacina. Os impressionantes números da imunização contra a covid-19 na Índia nas primeiras semanas poderiam ter sido ainda mais elevados, mas houve pessoal médico que demonstrou relutância em ser vacinado, especialmente porque o Covaxin, de desenvolvimento local, recebeu uma autorização de emergência antes de todos os dados de teste sobre a sua eficácia terem sido analisados. O governo precisará de campanhas de comunicação adequadas para persuadir as pessoas idosas e com problemas de saúde de que as vacinas são seguras.

A experiência da Índia comporta pelo menos três lições para os outros países. Primeiro, estes deveriam aproveitar ao máximo os seus pontos fortes. Nem todos os países conseguem desenvolver ou fabricar as suas próprias vacinas. Mas quase todos podem aproveitar trabalhadores de primeira linha empenhados, infra-estruturas de saúde pública ou experiências anteriores de combate a epidemias ou de organização de campanhas de imunização.

Segundo, a priorização do acesso às vacinas e a monitorização da sua distribuição devem ser incluídas no esforço de vacinação logo desde o início. Uma análise mais profunda dos dados para uma distribuição mais eficaz das vacinas pode obrigar ao desenvolvimento de sistemas já existentes, ou à utilização de novas ferramentas, como o Planificador de Distribuição de Vacinas para os EUA, e o Índice de Cobertura Vacinal, que sublinha as geografias que possam vir a ter problemas para alcançar níveis elevados de cobertura da vacinação contra a covid-19 e as razões para esses problemas.

Finalmente, a hesitação relativa às vacinas obriga a uma resposta personalizada em cada país. Os legisladores e os especialistas em saúde pública têm de conceber estratégias eficazes para garantir às pessoas que a vacinação é segura, e que é o único caminho para sair da pandemia e chegarmos à retoma.

A medida que o mundo entra no segundo ano da pandemia do coronavírus, a vacinação ocupou o lugar de destaque nas respostas dos decisores políticos. Mas apesar de as vacinas oferecerem o modo mais seguro para acabar com a crise, os países encaram-nas de formas diferentes. Alguns começaram uma corrida para vacinar as suas populações, enquanto outros aguardam dados sobre a sua eficácia a longo prazo antes de começarem. Outros ainda se encontram numa longa fila para receber ou comprar doses desesperadamente necessárias.

Muitos notaram o rápido ritmo da campanha de vacinação em Israel, a ambição do Reino Unido, o primeiro país a aprovar uma vacina contra a covid-19 para uso de emergência e os tropeções na distribuição de fornecimentos nos EUA e na União Europeia. Mas para quem procura lições sobre como proteger uma população através da vacinação, há outro país a ter em atenção: a Índia.

Com 1300 milhões de pessoas, e uns estimados 11 milhões de casos de covid-19 até à data, a Índia enfrenta um desafio de vacinação aparentemente gigantesco. Mas o governo anunciou recentemente um plano para vacinar cerca de 300 milhões de pessoas até ao início de Agosto. E, a julgar pelas preparações e ações do país até agora, poderá estar bem preparado para cumprir a tarefa.

Isso acontece porque a Índia consegue enfrentar os desafios da escala

com uma enorme capacidade produtiva, uma infra-estrutura de saúde pública robusta com experiência na distribuição de vacinas, um exército de funcionários de primeira linha e um planeamento meticuloso. Adicione-se a isso um rastreio digital inovador e os resultados poderão colocar o país numa posição invejável nos próximos meses.

Os trabalhadores de saúde de primeira linha são intervenientes centrais na implementação da vacinação na Índia, e são os primeiros a ser inoculados. A campanha para a vacinação de cerca de 30 milhões de profissionais de saúde e de outros trabalhadores de primeira linha começou a 16 de Janeiro, e nos primeiros 34 dias a Índia alcançou o marco de 10 milhões de vacinações. Os EUA demoraram 31 dias para vacinar o mesmo número depois de terem autorizado as vacinas (a taxa da distribuição de vacinas na China ainda é incerta).

Depois de vacinados os profissionais de saúde, os trabalhadores de primeira linha e as pessoas com mais de 50 anos (e os jovens com problemas graves de saúde) serão os próximos. São mais 260 milhões de pessoas que o governo planeia vacinar em menos de sete meses.

A Índia tem capacidade de produzir internamente todas as suas vacinas contra a covid-19. O Instituto Serológico da Índia, o maior produtor mundial de vacinas, reforçou a sua capacidade para produzir mil milhões de doses da vacina AstraZeneca-Oxford (conhecida localmente como Covishield), enquanto a Bharat Biotech vai produzir a vacina Cova-

xin, apoiada pelo governo. Isto deverá ser suficiente para vacinar os grupos prioritários do país ainda este ano. E, como os preços das vacinas produzidas nacionalmente são dos mais baixos em todo o mundo, a Índia já forneceu vacinas no valor de 47 milhões de dólares a 13 países.

A Índia dependerá grandemente da sua infra-estrutura de saúde pública para alargar a sua campanha de vacinação. Foram criados três mil centros de vacinação contra a covid-19 por todo o país, juntamente com 27.000 pontos de cadeia de frio para manter os fornecimentos à temperatura necessária durante o transporte e nos locais a que se destinam. Cerca de 150.000 funcionários em 700 distritos receberam formação específica para administrar as vacinas.

A Índia já gere os maiores programas de imunização pública do mundo, direccionados todos os anos para 27 milhões de crianças e 29 milhões de grávidas. Desde que se iniciou uma campanha nacional para a vacinação infantil contra o sarampo e a rubéola, há quatro anos, vários Estados alcançaram taxas de cobertura superiores a 90%. O esforço de vacinação contra a covid-19 será certamente ambicioso, mas a sua escala não é muito diferente.

Como alguns países (incluindo os EUA) já concluíram, os sistemas governamentais com vários níveis podem prejudicar a rapidez da distribuição de vacinas se não houver uma transmissão adequada de informações, se não houver clareza quanto à autoridade para tomar decisões nos vários níveis e se a responsabilização for difusa. A Índia abordou

esta questão de forma pró-activa, ao planear a distribuição das vacinas contra a covid-19 com a implementação de uma estrutura de governação bem definida entre os governo central, estadual e distrital e os blocos administrativos locais. As funções e responsabilidades para cada nível foram claramente definidas, permitindo uma resposta coordenada a nível nacional.

Adicionalmente, a Índia está a usar a tecnologia para melhorar a monitorização e a responsabilização. Em tempo recorde, as autoridades criaram o sistema dedicado Co-WIN para monitorização da aquisição e distribuição das reservas de vacinas e para permitir que as pessoas se pré-inscrevessem na vacinação. O Co-WIN baseia-se no Aadhaar, o sistema nacional de identificação digital do país. Do lado da oferta, utiliza o e-VIN, o sistema de informação nacional para a vacinação. A sua aproximação tem sido instrumental para fazer com que o sistema funcione e as falhas iniciais foram rapidamente resolvidas. Os cidadãos podem receber uma mensagem de texto que os informa quando e onde podem ser vacinados e receberão um certificado com um código QR depois de terem recebido a segunda dose.

Embora as perspectivas sejam positivas, a Índia ainda tem de vencer barreiras significativas. A elaboração de uma base de dados abrangente e fiável de pessoas com co-morbilidades, para que sejam consideradas prioritárias para a vacinação, continua a representar um enorme desafio.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Numa semana em que a o mundo pôde olhar para imagens fantásticas do espaço e do planeta Marte, onde já se planeia até criar oxigénio, enquanto o mundo olha para o futuro nós andamos aqui com as makas do passado e com a nossa semana a ser marcada mais uma vez por vídeos e áudios a circular que espelham bem mais uma luta entre classes profissionais no país, lutas que só são sintoma de atraso...

Ainda há pouco tempo vimos os médicos ameaçar os polícias por causa da morte de um dos seus, o médico Silvío Dala, que foi levado para esquadra por não estar de máscara dentro do seu carro sozinho depois de um turno de serviço, um episódio atroz em que, como muitos outros, ainda não se ouviu falar de responsabilizações. Vimos também os juízes ameaçar polícias porque foram impedidos de transitar

durante o tempo de restrições do Covid, vimos antes disso lutas na rua entre polícias e militares, vimos também advogados contra juízes pela ordem de prisão a um dos seus e, ouvimos o Ministro da Economia achincalhar os colegas do Ministério do Comércio, que não se tratando de classes diferentes, serve certamente exemplo da necessidade de humilhar que está na base de muito do nosso atraso geral (apesar de haver quem atribua a confusão em que o país se encontra à 'faculdade' de dizer NÃO a um general). Agora vemos a Inspeção Geral da Administração do Estado a ser ameaçada pela coluna formada e armada de polícias em marcha, em resposta à circulação de um vídeo em que o IGAE põe a fugir, com uma rapidez de chita, um polícia apanhado a receber subornos na via pública "Oh Igaiii tamu a viree (...) a polícia tá bem má" um prenuncio de guerra entre polícias e inspectores que só aumenta a insegurança pública a que já nos acostumámos.

O episódio do vídeo da fuga é paradigmático não só de como as nossas classes profissionais se conseguem descaracterizar completamente, o polícia torna-se ladrão com a mesma facilidade que o super-general se torna um barraqueiro infantil que não ouve não de uma

mulher sem mandar prender, mas é também exemplo acabado dos nossos costumeiros faz de conta, que já se tornaram zona de conforto. Faz de conta que é novidade que os polícias penteiam e só por isso é que não se veem pronunciamentos dos responsáveis da polícia, faz de conta que não devem satisfações ao público que deviam servir, faz de conta que a referência do comandante geral à nossa PN como uma das melhores em África não nos faz chorar pelo continente desgraçado. Faz de conta que também não sabemos que os salários dos polícias, tal como da maioria, mal chegam para comprar comida para a família com a inflação que o país enfrenta e que está a fazer a fome aumentar todos os dias, e faz de conta que se acredita que a acção do IGAE é louvável porque vai combater a corrupção institucionalizada. Faz de conta que a acção fiscalizadora de subornos não seria bem mais útil aplicada aos mais altos escalões das instituições públicas que é onde os mil kwanzas se tornam milhões de dólares e se esfumam além-mar.

O faz de conta tornou-se zona de conforto porque nos acostumamos, nos adaptamos, a tudo quando acontece durante muito tempo, porque temos de continuar a existir, explica a biologia adaptativa que

essa adaptação é um mecanismo de sobrevivência.

Acostumámo-nos a ver lixo nas ruas amontoado, a pisar em chão de larvas vivas produzidas pelo lixo nauseabundo, tudo apesar de sabermos que principalmente depois de chover ninguém nos salva das malárias e das cóleras que a falta de saneamento traz. Noutros países como a França, os agricultores por exemplo costumam ir despejar o fertilizante fresco saído das bundas do gado à porta dos políticos que decidem as políticas económicas que os prejudicam... E agora pergunto eu, se tivessem o lixo despejado à porta das instituições onde entram e saem para nos representar e governar, será que a sensibilidade para a urgência da resolução do problema do lixo seria maior, mais produtiva? O PR aprovou uma verba extraordinária para acudir o problema, mas é difícil perceber como é que se altera o modelo de recolha sem um plano alternativo efectivo para a transição. É que dura há muito tempo esse casamento entre luxo e lixo que o genial Piçarra desenhou na semana que passou e não se compreende a falta de plano A, B e C. Dura e nós acostumámo-nos apesar de o lixo e as doenças que traz matarem certamente muita gente. A sobrevivência acostuma-nos a tudo.

Acostumámo-nos a ser penteados pelos polícias assim como os polícias se acostumaram a pentear, acostumámo-nos a ouvir discursos moralistas vindos de bocas sem moral assim como as bocas sem moral se acostumaram a pregar discursos que não cumprem. E voltando ao vídeo do polícia 'chita', esta onda de humilhações públicas (porque é também disso que trata, dos bons contra os maus) foi certamente impulsionada por bocas moralistas, mas frequentemente de moral duvidosa.

Quando os polícias em diferentes áudios se queixam da idoneidade dos inspectores para os estenderem publicamente e sujarem mais a instituição, falam dessa falta de moral.

As acções de inspecção e de combate à corrupção são bem-vindas porque há que começar a corrigir esses vícios a que nos acostumámos todos, mas aquele espectáculo que vimos no vídeo não. E não por questões práticas como a segurança dos cidadãos em redor, porque nada garante que um desses homens armados numa situação de fuga e de desespero não cometa alguma loucura. Não também por questões deontológicas, porque o objectivo da inspecção deve ser corrigir más práticas e não promover espectáculos de rebaixamento público como os que se tornaram recorrentes desde que o combate à corrupção se tornou um show-off para mérito de quem se quer mostrar como 'o herói que vence o mal'. O combate à corrupção tem de existir, mas os moldes da acusação e julgamento popular não. Não só porque se corre o risco de cometer injustiças, mas porque incentiva a uma queima das bruxas em praça pública a todos os níveis primitiva que só nos leva a mais atraso de vida atraso a que estamos também acostumados. Mas que temos de desacostumar. A propósito de lixo para desacostumar, de demonstrações primitivas e da entrada no 'março mulher', e agora pergunto eu... que dizer de uma farda e alta patente que se envergonha com discursos de "sabes quem eu sou?" Sabemos quem é o general do vídeo mais visto do fim-de-semana que exige reconhecimento... é o mesmo da operação que em 2012, também embuchada da mesma arrogância inflamatória fardada, matou uma criança de 14 anos (Rufino).

Mais uma vez esperam-se responsabilizações e que os discursos da 'nova era' saiam do plano oral para a prática. A ver vamos.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos seus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7



Edição 247 Partilhas 73 Likes 411

A capa da edição 247 do Valor Económico alcançou mais de 30 mil internautas que reagiram e comentaram os diferentes temas começando pela renovação do contrato de lobby pelo governo, o despedimento de funcionários pelas empresas de saneamento e a entrevista do presidente da Câmara de Comércio Angola China Luís Cupeñhala

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Lourenço Manuel

4.1 milhões de usd para imagem na América! Tão a brincar com kumbo



Seeverian Joseph

Efeitos do negócio de lixo. Antes as coisas fluíam bem, basta mudar de governante em Luanda, tudo pára. NÃO se justifica. Não tem como sentir ou ter o chamado patriotismo que esses governantes invocam.



Andrade Francisco Anderson

Isso é guerra



José Gmes Lá Fashitó

Triste com as pessoas que estarão neste momento no desemprego, alguns deles são país de família



Over Dunk Over Dunk

Isto não passa de um conflito de interesse



Santos Ngola Muculo

Este "governo" é da porcaria!



Raul Machado

Se o problema fosse só esse, podíamos dar-nos por felizes. O maior problema de África, reside na incompetência, corrupção e falta de amor aos seus compatriotas, entre outros.



Kim Dias

Os nossos dirigentes pensam com o quê? voltem ao sistema colonial de serviços comunitários nas administrações, não terceirizem o lixo. Esses só querem mixa,



Jorge Rufino

Queiroz Galvão já devia ir muito tempo



Viriato Santos

Perseguição



Milú Valdez

Meu Deus ... Cidade PODRE DE LIXO e pessoal atirado para o desemprego, sem ninguém se importar com as suas vidas ... e depois fazem campanhas de limpeza ... Francamente, assim está bom ???



Gabriela Pereira

O problema nunca esteve ou estará nas barreiras aduaneiras, e sim no governo que libera crédito para agricultura e para indústria e não fiscaliza e atrasa cada vez mais a criação de empregos



Plácido Pegany

Pra termos investimento estrangeiro é necessário seriedade na execução



João Rebelo Baptista

Estás empresa também são duvidosas. Tenho a sensação que foram criadas para cumprir contrato de 7 anos e receber dinheiro e que dinheiro maravilhoso. O que eu vejo na rua os trabalhadores como se apresentam, sem luvas, sem fardamento, as vassouras e a pá só Deus na causa sem a mínimas condições. Nem sabem o que estão a fazer. Aquilo e varrer poeira arrastar a vassoura, fazer montes de areia e lixo. O pessoal passa por cima deste monte sem o mínimo respeito também. Epa sinceramente estás empresas deviam indenizar o GPL de tanta pirueta que fazem. Também o tal GPL nem tem ninguém para fiscalizar e se tem não adianta dizer que fiscaliza porque e mentira. Tudo atoa pahhhh. Já agora uma pergunta? De quem são estas empresas? Assim já sou invejoso sou do contra. Paciência e a minha opinião.



António Cardoso

João Rebelo Baptista como se explica a dívida choruda que o Estado tem com elas!!!? Muitas delas estão a 5 a 6 meses sem conseguir pagar seus funcionários!!!

Covid-19

NA UNIÃO EUROPEIA

Vacina da Johnson & Johnson a partir de Abril

A Agência Europeia do Medicamento deve aprovar, no início de Março, a vacina contra a covid-19 da Johnson & Johnson, que até Abril deve começar a ser distribuída pela União Europeia, revelou a ministra francesa da Indústria.

O sinal verde da União Europeia será concedido “no início de Março, já que a Agência Europeia de Medicamentos está a rever todas as informações que a Johnson & Johnson lhe comunicou para poder colocar essa vacina no mercado”, disse Agnès Panier-Runacher ao canal de televisão France 3.

A ministra adiantou que as primeiras doses devem “chegar no final de Março ou início de Abril porque há um prazo para a produção das doses”, o que “ainda está em discussão com o laboratório”.

“Essa é uma notícia muito boa porque esta vacina é de dose única, porém é possível que precise de reforços, ainda não sabemos”, alertou.

No sábado, o regulador do medicamento norte-americano

aprovou a vacina de dose única da Johnson & Johnson para pessoas com mais de 18 anos, tornando-se a terceira vacina aprovada no país, além da Pfizer/BioNTech e da Moderna.

A ministra francesa avançou que o plano passa pela chegada à Europa de 600 milhões de doses de vacinas contra a covid-19 até o final de Junho.

De acordo com a autoridade do medicamento dos Estados Unidos, a vacina produzida pela farmacêutica Janssen, do grupo Johnson & Johnson, protege contra a covid-19 grave. Segundo os ensaios clínicos finais, uma dose tem 85% de eficácia contra as manifestações mais graves da doença.



PAÍS JÁ VACINOU 12 MIL PESSOAS

Vacina alemã BioNtech chega a Macau

A vacina contra a covid-19 produzida pelo laboratório alemão BioNtech chegou a Macau e começa a ser disponibilizada aos residentes. Desde que o Governo de Macau iniciou o plano de vacinação contra a doença causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 no passado dia 09, quase 12 mil pessoas foram já vacinadas com a chinesa Sinopharm e mais de 29 mil agendaram a vacinação, de acordo com um comunicado.

O Centro de Coordenação de Contingência do Novo Tipo de Coronavírus lembrou que a autorização da Agência de Medicamentos da UE indica que a vacina da BioNtech de mRNA pode ser administrada a pessoas com 16 ou mais anos, sendo adequada para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Já a vacina chinesa Sinopharm, que está a ser administrada desde o início do plano de vacinação, deve ser dada a pessoas

com idades entre os 18 e os 59 anos, acrescentou.

A vacina de mRNA da alemã BioNtech, distribuída na China pela empresa Xangai Fosun Pharmaceutical, chegou ao aeroporto internacional de Hong Kong, proveniente de Frankfurt, na Alemanha.

Estas primeiras 100 mil doses, que chegaram a Macau através da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e estão agora armazenadas no Centro Hospital Conde de São Januário, foram também distribuídas na região administrativa especial chinesa de Hong Kong, de acordo com um comunicado da Fosun Pharma.

Com a denominação comercial COMIRNATY, a vacina mRNA previne a covid-19 através da criação de anticorpos pelo sistema imunitário contra o coronavírus, com uma taxa de protecção de 95% nos adultos e de 94% em adultos com mais de 65 anos, acrescentou.

PARA APOIAR

Portugal vai comprar cerca de 38 milhões de vacinas



Portugal deve comprar cerca de 38 milhões de vacinas contra a covid-19, “muito mais” do que as necessárias, permitindo apoiar outros países, anunciou a ministra da Saúde que já admite espaçar a toma da segunda dose.

“Temos, neste momento, em processo de contratação de qualquer coisa como 38 milhões de vacinas”, avançou Marta Temido, em entrevista à Lusa, a propósito de um ano sobre o aparecimento dos primeiros dois casos de infecção pelo novo coronavírus em Portugal, a 2 de Março de 2020.

Um número de vacinas é, referiu a ministra, “muito mais do que aquilo que serão as necessidades para a vacinação integral da população portuguesa” e que permite garantir apoio a outros países.

“Se alguma coisa esta pandemia nos ensinou foi que só quando todos estiverem a salvo, cada um de nós estará a salvo”, afirmou.

PROPOSTA PARA ESTE MÊS

Bruxelas propõe livre-trânsito digital para vacinados e recuperados



A Comissão Europeia vai apresentar, este mês, uma proposta legislativa para criar um livre-trânsito digital que permita retomar as viagens em altura de pandemia da covid-19, comprovando a vacinação ou a recuperação dos cidadãos.

A informação foi avançada pela presidente do executivo comunitário, Ursula von der Leyen, que, através da rede social Twitter, anunciou que a Comissão Europeia vai “O objectivo é fornecer provas de que uma pessoa foi vaci-

nada, resultados dos testes para aqueles que ainda não conseguiram obter uma vacina e informação sobre a recuperação da covid-19”

Ursula von der Leyen garantiu, ainda, que este certificado digital “respeitará a protecção dos dados, segurança e privacidade”. A ideia de criar este certificado digital para permitir a retoma das viagens e do turismo começou a ser abordada no início deste ano, por iniciativa pelo primeiro-ministro grego, Kyriákos Mitsotákis.

O DIRECTOR-GERAL da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, assegurou que até ao fim de Maio serão entregues 237 milhões de doses de vacinas contra a covid-19 aos países que fazem parte do mecanismo COVAX.



PRIMEIRO FINANCIAMENTO DO MUNDO

Presidente foi o primeiro a tomar a vacina Covax

O presidente do Gana, Nana Akufo-Addo, tornou-se a primeira pessoa no mundo a receber uma vacina contra a covid-19 financiada pela Covax, o dispositivo que visa proporcionar o acesso a estas vacinas em países de baixos rendimentos. O presidente, de 76 anos, cujo país recebeu o primeiro carregamento mundial de vacinas Covax na passada quarta-feira, recebeu a primeira vacina Oxford/AstraZeneca, de acordo com imagens transmitidas em directo pela estação pública de televisão do Gana. “É importante que eu dê o exemplo e mostre que esta vacina é segura ao ser a primeira pessoa a recebê-la, para que todos no Gana se sintam estimulados a ser vacinados”, disse o chefe de Estado num discurso. O sistema Covax visa fornecer este ano vacinas contra a covid-

19 a 20% da população de quase 200 países e territórios participantes, e dispõe de um mecanismo de financiamento que permite a 92 economias de baixo e médio rendimento acederem às vacinas. O sistema foi criado numa tentativa de impedir que os países ricos monopolizassem o acesso às vacinas, que ainda estão a ser produzidas em quantidades demasiado pequenas para satisfazer a procura global. Fundada pela OMS, em parceria com a Vaccine Alliance e a Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (Cepi), a Covax tem acordos com fabricantes para o fornecimento de dois mil milhões de doses em 2021 e a possibilidade de comprar ainda mais mil milhões. O Gana tornou-se assim na primeira nação do mundo a receber doses de vacinas financiadas pela iniciativa.

ACESSO ÀS VACINAS

Índia disponível para apoiar Angola

A embaixadora da Índia em Angola, Pratibha Parkar, revelou que o executivo indiano está disponível para apoiar países africanos no acesso à vacina contra a covid-19, estando a analisar uma solicitação de Angola neste âmbito.

“Claro que há muito interesse nas vacinas”, declarou a diplomata indiana, em entrevista à Lusa, acrescentando que já houve contactos entre os dois países nesse sentido e o pedido está a ser avaliado.

“Abordaram-nos e o governo indiano está a analisar” a solicitação, declarou, acrescentando que a Índia já doou muitas vacinas à inicia-

tiva Covax e vários países africanos estão em negociações com a Índia neste âmbito.

“A Índia tem, primeiro, de cuidar dos seus cidadãos, da nossa população de 1,3 mil milhões de pessoas, mas o governo assegurou que vai desempenhar um papel importante no fornecimento de vacinas a quase todos os países do mundo”, reforçou Pratibha Parkar.

A Índia tem uma indústria farmacêutica florescente, associada à produção de medicamentos genéricos de baixo custo, estando também a produzir vacinas contra a covid-19, que vão ser exploradas para

vários países, incluindo o Brasil e os Emirados Árabes Unidos.

Além das vacinas nacionais, Covaxin, produzidas nos laboratórios da Bharat Biotech, o país produz também vacinas da AstraZeneca no Instituto Sêrum (Covishield), tendo administrado já cerca de 12 milhões de doses das duas vacinas aprovadas.

O sector farmacêutico e da saúde é uma das áreas de cooperação que a Índia quer intensificar com Angola, segundo a embaixadora, que apresentou cartas credenciais ao chefe de Estado angolano, João Lourenço, a 22 de Outubro do ano passado.



DOAÇÃO CHINESA A MAPUTO

Mais de 13 mil doses para profissionais de saúde

Maputo, capital moçambicana, recebeu 13.920 doses de vacinas contra a covid-19, doadas pela China, e que são destinadas a mais de 9.000 profissionais de saúde, informou fonte oficial.

“Os profissionais de saúde estão na linha da frente e este número de doses que recebe-

mos é para podermos vacinar a todos eles que estão a trabalhar neste momento a nível da cidade de Maputo”, disse Sheila Santana, secretária de Estado na cidade de Maputo, durante a recepção das vacinas no Depósito Municipal de Medicamentos, nos arredores da capital.

Segundo a governante, o processo de vacinação na capital vai contar com 52 técnicos, distribuídos em 18 centros e unidades hospitalares dos sete distritos municipais da cidade de Maputo.

“Iniciou hoje a formação dos técnicos a nível da cidade. Nós já estamos organizados e

aguardamos o plano e orientações que vamos receber do Ministério da Saúde para iniciar o processo de vacinação”, declarou Sheila Santana.

De acordo com a secretária de Estado, as vacinas vão ser distribuídas pelas unidades de saúde da capital a partir de quarta-feira.

A cidade de Maputo, que vive em recolher obrigatório nocturno desde fevereiro, concentra o maior número acumulado de casos de infecção, 25.182, do total acumulado de 59.350 registados no país, dos quais 69% estão recuperados.

Moçambique tem ainda um total de 641 óbitos por covid-19.

Marcas & Estilos



Feita para durar

Esta pasta para laptop da Johnny Fly adapta-se perfeitamente às suas necessidades básicas de trabalho num estilo moderno e elegante, atendendo às necessidades práticas e estéticas. Projectada de forma sustentável com couro marroquino à prova d'água, cada produto é caracteristicamente único e feito para durar.



Melhor? Só esta!

Nunca perca um brinco numa pilha de colares novamente. Esta torre de acessórios simples da Yamazaki possui quatro compartimentos empilhados que giram em torno de um eixo oculto, mantendo o conteúdo organizado e protegido.



AUTOMÓVEL

Completamente reinventado

O Ghost pode ser o menor modelo da linha Rolls-Royce, mas é o carro mais tecnicamente avançado que a marca Goodwood já construiu.

Onze anos após o lançamento, é agora o carro mais vendido da Rolls-Royce. A nova versão foi completamente reinventada. A conquista foi graças, em grande parte, ao sucesso do SUV Cullinan descomunal, que logo se tornaria no modelo mais popular.

Equipado com um motor V12 biturbo de 6,75 litros, o Ghost tem uma curva de velocidade incrível para um carro que pesa quase duas toneladas e meia. Só não vai mais e mais rápido se não houver estrada.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 4 DE MARÇO

A longa-metragem angolana 'A Dívida', que tem o humorista Gilmário Vemba como protagonista, no Cine Max, em Luanda. Trata-se de um misto de acção e comédia, à moda angolana, realizado por Anacleto de Abreu, com produção executiva da Will Gondo.

5 DE MARÇO

Apresentação, venda e sessão de autógrafos do livro 'Formas de tratamento nos textos administrativos e sociais'. Às 16 horas no auditório Amélia Mingas na Faculdade de Humanidades.

6 DE MARÇO

O grupo feminino de poesia composto por Hítala Vancice e Sankofa estreia sábado, às 19h00, no Centro Cultural Brasil-Angola, o recital de spoken word, 'O Kanto D'Ela'. Ingressos a 2.500 kwanzas.

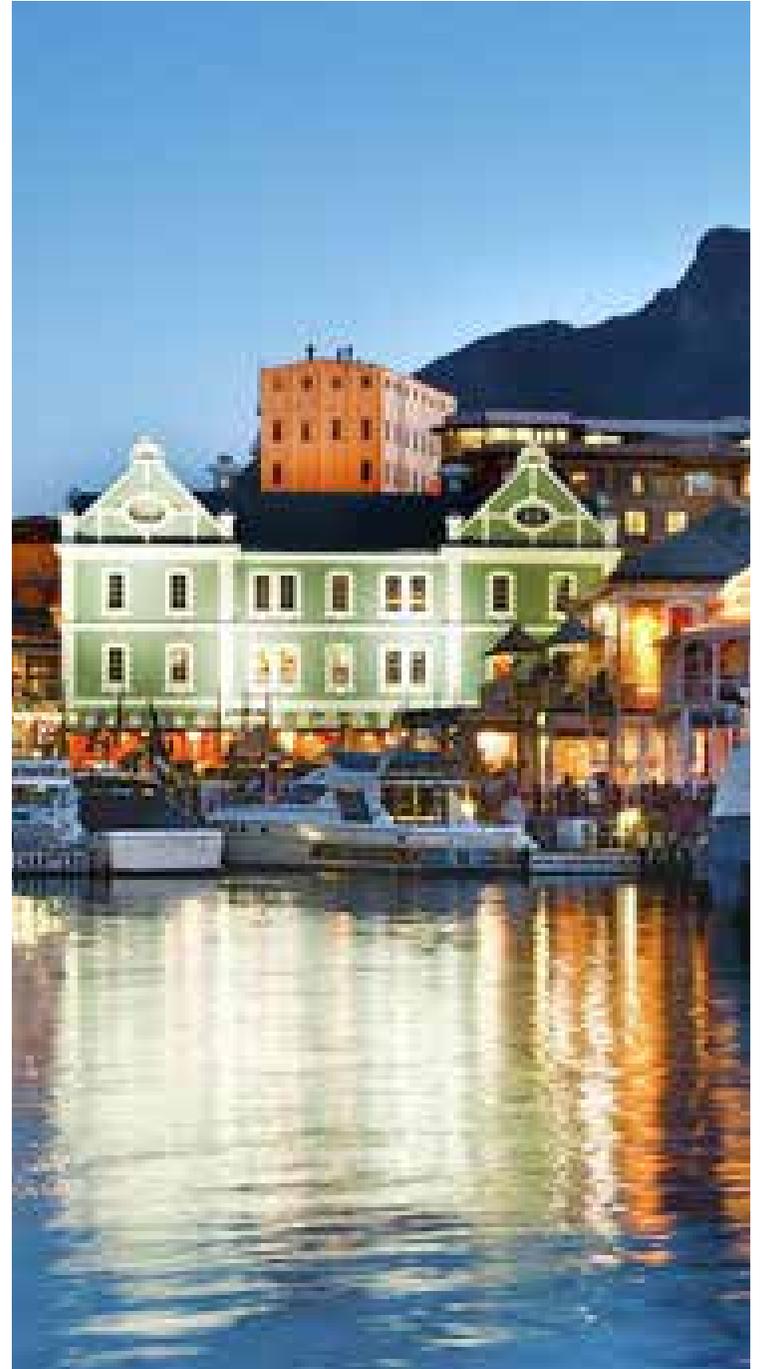
LIVROS



O ESTUDO DESENVOLVIDO no âmbito deste trabalho tem por escopo o direito de oposição do trabalhador em virtude de uma transmissão de unidade económica transversal.



CHAMA-SE PIPER, tem 17 anos e é filha de um profeta. Ela obedece e respeita o pai, e por essa razão cuida das irmãs mais novas e prepara-se para o apocalipse. Porque assim foi ensinada e nunca o deve questionar.



TURISMO

A memória de Madiba

Cape Town, ou Cidade do Cabo, é uma mistura de parques exóticos, praias perfeitinhas, um centro histórico repleto de história e um centro turístico ultra animado.

A Table Mountain é o cartão postal e é considerada uma das sete maravilhas naturais do mundo. O porto, mais conhecido como V&A Waterfront, é bem conservado e movimentado. É um ótimo local para passeios no fim da tarde e à noite. Aqui, encontra um dos maiores shoppings e lojinhas para comprar souvenirs e diversos restaurantes. Os vinhos da África do Sul são excelentes e com especial.

Robben Island é uma ilha que serviu como prisão de segurança máxima durante o Apartheid, onde Nelson Mandela ficou 18 de seus 27 anos de cadeia.

NA REGIÃO DA ANTÁRTIDA OCIDENTAL

Glaciares estão a acelerar deslizamento

AQUECIMENTO GLOBAL. Cientistas conseguiram, ao examinar 25 anos de medições oceânicas, mostrar variações complexas e anuais das temperaturas e os resultados sugerem que “o aquecimento das águas é o principal responsável pelo desequilíbrio dinâmico”.

Os glaciares da região de Getz, na Antártida ocidental, estão a acelerar a velocidade de deslizamento até ao oceano, segundo um estudo recente publicado na Nature Communications, que analisou 25 anos de observações por satélite.

A investigação dirigida pela Universidade de Leeds, no Reino Unido, baseou-se em dados das missões Copérnico Sentinel-1 e CryoSat da Agência Espacial Europeia e mostra que, entre 1994 e 2018, os 14 glaciares da região aceleraram, em média, o deslizamento em quase 25% e três dos quais em mais de 44%.

Os resultados indicam também que os glaciares perderam 315 gigatoneladas de gelo, fazendo subir em 0,9 milímetros o nível global médio do mar, o equivalente a 126 milhões de piscinas olímpicas de água.

Segundo a Agência Espacial Europeia, o estudo vai “ajudar a determinar se estes glaciares podem colapsar nas próximas décadas e como isso afectaria a futura subida no nível global do mar”.

A região de Getz, na Antártida, é tão remota que os humanos nunca pisaram a maior parte, destacou a directora da investigação, Heather Selly, da Universidade de Leeds, mas é possível monitorizar o que ali acontece através dos satélites.

As “elevadas taxas de aumento” da velocidade dos glaciares, juntamente com a diminuição da espessura do gelo, confirmam que a bacia de Getz está em “desequilíbrio dinâmico”, o que significa que está a perder mais gelo do que aquele que ganha com os nevões, explicou a cientista.

Através de uma combinação de observações e modelos matemáticos, a equipa de investigação observou a maior alteração na região central

de Getz, com um glaciar que desliza 391 metros por ano, mais rápido em 2018 do que em 1994.

A responsável pela investigação destacou, ainda, que esta é “uma mudança substancial, uma vez que agora flui a um ritmo de 669 metros por ano, um aumento de 59% em apenas duas décadas e meia”.

Outra das autoras do estudo, Anna Hogg, destacou que “é necessária uma amostra consistente e extensa tanto da velocidade do gelo como da temperatura do oceano para fazer progressos na nossa compreensão da dinâmica de perda do gelo, que representa agora 98,8% da contribuição da Antártida para o aumento do nível do mar”.

Ao examinar 25 anos de medições oceânicas, a equipa conseguiu mostrar variações complexas e anuais das temperaturas do oceano e os resultados sugerem que “o aquecimento das águas oceânicas é o principal responsável por este desequilíbrio dinâmico”.



PROGRAMA DA ONU PARA O AMBIENTE

Angola compromete-se a proteger a biodiversidade

Angola reafirmou a necessidade de proteger, preservar e conservar o ecossistema, afectado actualmente por alterações climáticas, perda da biodiversidade e poluição.

Durante a 5.ª Assembleia do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEA-5), que decorreu na passada semana em Nairobi, no Quênia, foram abordadas as ‘Contribuições da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável para construção resiliente e inclusiva de um mundo pós-pandemia’.

Os Estados-Membros, cuja delegação angolana foi presidida pela secretária de Estado para o Ambiente, Paula Coelho, sublinharam o trabalho em curso para mitigar os efeitos da crise da pandemia da covid-19.

Sob o lema ‘Fortalecer as Acções para a Natureza para o Alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável’, a 5.ª Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente aprovou um

orçamento de 200 milhões de dólares para o biénio 2022-2023, para a cobertura do funcionamento do Programa das Nações Unidas para o Ambiente.

Os Estados Membros concordaram ainda em agendar para 28 de Fevereiro e 1 e 2 de Março de 2022 a 2.ª sessão da 5.ª Assembleia do UNEA-5, já num formato presencial, para permitir que sejam debatidas questões substanciais numa perspectiva negociada entre as partes interessadas, com vista à definição consensual das estratégias.

A Assembleia, considerada o maior palco mundial para o debate de questões ambientais, foi presidida pelo ministro norueguês do Ambiente, Sveinung Rotevatn, a partir de Oslo, enquanto presidente da UNEA-5.

Participaram da reunião delegações ministeriais de 151 Estados-Membros das Nações Unidas, organizações não-governamentais e parceiros do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, num total de 12 mil pessoas de várias partes do mundo, em videoconferência.



NÚMEROS DA SEMANA

TERMINAL DO PORTO DE LUANDA

DP World já assume o multiusos

984

Brigadistas serão recrutados e formados em todo o país para registar os operadores económicos que actuam na informalidade.

33

Total de activos privatizados entre 2019 e 2020, ou seja, a implementação do Programa de Privatizações (Propriv).

750

Milhões USD, volume das trocas comerciais entre Angola e a Zâmbia.

150

Milhões kz Valor a ser disponibilizado pelo BAD para apoiar, este ano, as cooperativas e associações agrícolas.

Após a assinatura do contrato com o Governo, representado pelo Porto de Luanda, e apesar da contestação no Tribunal Supremo contra os resultados do concurso público que a ditou vencedora, a DP World iniciou, esta segunda-feira, a gestão do Terminal Multiusos do Porto de Luanda para um prazo de 20 anos. Francisco Pinzón, panamiano que carrega mais de duas décadas de experiência em gestão portuária, é o CEO da DP World Luanda, indicado pela multinacional com sede no Dubai.

Com passagens pelo Panamá, Peru, Geórgia e Argélia, o executivo assume o cargo na capital angolana, depois de exercê-lo também no Djibuti e integra os quadros da companhia desde 2016, tendo sido nomeado em 2018 director de excelência operacional para África e Médio Oriente.

O terminal multiusos é a oitava instalação portuária actualmente operada pela DP World na região de África



e Médio Oriente e para o qual promete investimentos de 190 milhões de dólares, de modo a transformá-lo “num importante entreposto comercial da costa sudoeste africana”.

A nova gestão do Terminal Multiusos garante que “já estão em curso melhorias no terminal, potenciadas pela

aquisição de novos equipamentos, incluindo 30 camiões, oito empilhadores de longo alcance, quatro manipuladores vazios, e quatro empilhadoras”, ao mesmo tempo que “serão construídas novas instalações para o pessoal e incorporadas gruas Rubber Tyred Gantry (RTGs) na frota do terminal – as pri-

meiras do género a serem introduzidas em Angola”. As gruas RTGs “melhoram a eficiência da operação, são mais benéficas para o ambiente e permitem uma melhor utilização da área total do terminal”.

Como parte da sua política de sustentabilidade e de responsabilidade social, a companhia encarrega-se “também investir em projectos comunitários que tenham impacto positivo na comunidade local”.

Nos últimos dois meses, o VALOR publicou várias matérias que dão conta do envolvimento da empresa do Dubai em escândalos de corrupção em vários países e continentes. E, em Angola, os resultados do concurso público que levou a DP World à gestão do Multiusos do Porto de Luanda são contestados por uma das empresas concorrentes. Com acusações alterações de regras entre outras dirigidas à Comissão de Avaliação nomeada pelo Ministério dos Transportes, a empresa filipina ICTS colocou mesmo duas providências cautelares no Tribunal Supremo, na esperança de ver anulado o concurso público.

INVESTIMENTO DE 62 MILHÕES USD

Laboratório do Igeo não tem certificação

O laboratório do Instituto Geológico de Angola (Igeo) não pode homologar projectos que estejam alinhados para serem cotados em bolsa por não estar ainda certificado.

O presidente do conselho

de administração do Instituto, Canga Xiaquiuila, garantiu, no entanto, que a certificação, por um organismo internacional pode acontecer ainda este ano.

Segundo Xiaquiuila, apesar de ainda não estar cer-

tificado, o laboratório opera através de 80 padrões da China e outros internacionais que podem analisar 78 elementos, envolvendo 441 parâmetros de teste, incluindo água, solo, rocha, minério e minerais. Mas, por falta de certificação, apenas pode analisar amostras do Plano Nacional de Geologia (Planageo), de acordo com o director técnico da instituição, José Manuel. “A nível de análises para o Planageo, não há qualquer problema, mas o laboratório não pode aprovar amostras de projectos que possam ser cotados em bolsa. Isso requer certificação internacional”, explicou, assegurando que os procedimentos para a certificação internacional já estão em curso, tendo

sido escolhida uma entidade chinesa. “Existem vários organismos para a certificação, mas nós escolhemos a Cnas da China, porque os equipamentos e alguns técnicos com os quais trabalhamos são também chineses”, justificou.

José Manuel explicou ainda que, a nível nacional, o Instituto de Acreditação e Creditação (IAC) apenas tem o papel de indicar o parceiro. O laboratório do Igeo é constituído por uma unidade central em Luanda e dois regionais, sendo um no Lubango (Huíla) e outro em Saurimo (Lunda-Sul). Estas infra-estruturas custaram 62 milhões de dólares, 44 milhões dos quais aplicados na construção e equipamento do bloco de Luanda.